

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/12/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 28 de Dezembro de 2020 - 21:00

Sefaz-BA simplifica emissão de nota fiscal por contribuinte MEI



Emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) está mais fácil para os baianos que atuam como Microempreendedor Individual (MEI). A partir de agora não será mais necessário solicitar credenciamento de forma presencial nas inspetorias fiscais. A novidade é automática para quem se inscrever como MEI a partir de agora na **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**.

Já os 380 mil contribuintes MEI com cadastro em vigor só precisarão preencher um formulário disponível na Carta de Serviços ao Cidadão, situada no topo do site www.sefaz.ba.gov.br, e aguardar a autorização, que também ocorrerá on-line.

Uma vez credenciado, o microempreendedor poderá emitir notas a qualquer momento. De acordo com a legislação, a emissão de notas pelo MEI não é obrigatória, mas há esta opção caso necessário. Para fazer a emissão de forma voluntária, no entanto, é necessário o credenciamento prévio. A Sefaz-Ba lembra que, uma vez credenciado, o MEI precisa dispor das condições exigidas de todos os demais contribuintes para a emissão regular de notas eletrônicas: certificado digital, acesso à internet e programa emissor do documento fiscal.

“A mudança elimina um procedimento burocrático e torna mais simples o dia-a-dia dos microempreendedores”, avalia o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. Ele lembra que a novidade integra o recém-lançado programa Sefaz 100% Digital e está entre os 36 novos serviços da Sefaz-Ba disponíveis inteiramente on-line, sempre com acesso pela Carta de Serviços.

Os novos serviços on-line incluem solicitações para ao todo 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal sobre legislação tributária e um requerimento de Regime Especial de procedimentos e prazo de pagamento de ICMS.

De acordo com o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas, o programa Sefaz 100% Digital “reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital”.

COMO ACESSAR

Para encontrar estes e outros procedimentos que agora dispensam a necessidade de comparecimento do usuário a unidades de atendimento presencial da Sefaz-Ba, o interessado deve acessar a Carta de Serviços ao Cidadão e buscar o serviço de seu interesse.

Antes de clicar para chegar à página de solicitação do serviço, o usuário é apresentado a todas as informações necessárias, incluindo os documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

Bahia simplifica emissão de nota fiscal por contribuinte MEI



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma vez credenciado, o microempreendedor poderá emitir notas a qualquer momento | Foto: Agência Brasil

O **Microempreendedor Individual** (MEI) não vai mais precisar solicitar credenciamento de forma presencial nas inspetorias fiscais para emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

A simplificação é maior para o contribuinte que se inscrever como MEI a partir de agora na Secretaria da Fazenda do Estado (SefazBa), pois estará automaticamente credenciado. Já os 380 mil contribuintes MEI com cadastro em vigor só precisarão preencher um formulário disponível na Carta de Serviços ao Cidadão, situada no topo do site www.sefaz.ba.gov.br, e aguardar a autorização, que também ocorrerá on-line.

Uma vez credenciado, o microempreendedor poderá emitir notas a qualquer momento.

De acordo com a legislação, a emissão de notas pelo MEI não é obrigatória, mas há esta opção caso necessário. Para fazer a emissão de forma voluntária, no entanto, é necessário o credenciamento prévio. A Sefaz-Ba lembra que, uma vez credenciado, o MEI precisa dispor das condições exigidas de todos os demais contribuintes para a emissão regular de notas eletrônicas: certificado digital, acesso à internet e programa emissor do documento fiscal.

100 % digital

'A mudança elimina um procedimento burocrático e torna mais simples o dia-a-dia dos microempreendedores', avalia o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**. Ele lembra que a novidade integra o recém-lançado programa Sefaz 100% Digital e está entre os 36 novos serviços da SefazBa disponíveis inteiramente on-line, sempre com acesso pela Carta de Serviços.

Os novos serviços on-line incluem solicitações para ao todo 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal sobre legislação tributária e um requerimento de Regime Especial de procedimentos e prazo de pagamento de **ICMS**.

De acordo com o superintendente de Gestão Fazendária da SefazBa, Félix Mascarenhas, o programa

Sefaz 100% Digital 'reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital'.

Como acessar

Para encontrar estes e outros procedimentos que agora dispensam a necessidade de comparecimento do usuário a unidades de atendimento presencial da SefazBa, o interessado deve acessar a Carta de Serviços ao Cidadão e buscar o serviço de seu interesse.

Antes de clicar para chegar à página de solicitação do serviço, o usuário é apresentado a todas as informações necessárias, incluindo os documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Micro Empreendedor Individual | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vítório, ICMS

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/12/20	Cita Secretário



BAHIA SIMPLIFICA EMISSÃO DE NOTA FISCAL POR CONTRIBUINTE MEI



admin 28 Dezembro, 2020

Emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) está muito mais fácil para os baianos que atuam como Microempreendedor Individual (MEI), já que não será mais necessário solicitar credenciamento de forma presencial nas inspetorias fiscais. A simplificação é maior para o contribuinte que se inscrever como MEI a partir de agora na **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, pois estará automaticamente credenciado. Já os 380 mil contribuintes MEI com cadastro em vigor só precisarão preencher um formulário disponível na Carta de Serviços ao Cidadão, situada no topo do site www.sefaz.ba.gov.br, e aguardar a autorização, que também ocorrerá on-line.

Uma vez credenciado, o microempreendedor poderá emitir notas a qualquer momento. De acordo com a legislação, a emissão de notas pelo MEI não é obrigatória, mas há esta opção caso necessário. Para fazer a emissão de forma voluntária, no entanto, é necessário o credenciamento prévio. A Sefaz-Ba lembra que, uma vez credenciado, o MEI precisa dispor das condições exigidas de todos os demais contribuintes para a emissão regular de notas eletrônicas: certificado digital, acesso à internet e programa emissor do documento fiscal.

“A mudança elimina um procedimento burocrático e torna mais simples o dia-a-dia dos microempreendedores”, avalia o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório**. Ele lembra que a novidade integra o recém-lançado programa Sefaz 100% Digital e está entre os 36 novos serviços da Sefaz-Ba disponíveis inteiramente on-line, sempre com acesso pela Carta de Serviços.

Os novos serviços on-line incluem solicitações para ao todo 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal sobre legislação tributária e um requerimento de Regime Especial de procedimentos e prazo de pagamento de ICMS. De acordo com o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas, o programa Sefaz 100% Digital “reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital”.

Como acessar

Para encontrar estes e outros procedimentos que agora dispensam a necessidade de comparecimento do usuário a unidades de atendimento presencial da Sefaz-Ba, o interessado deve acessar a Carta de Serviços ao Cidadão e buscar o serviço de seu interesse. Antes de clicar para chegar à página de solicitação do serviço, o usuário é apresentado a todas as informações necessárias, incluindo os documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 28/12/2020	



Bahia simplifica emissão de nota fiscal por contribuinte MEI

28 dezembro 2020



Emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) está muito mais fácil para os baianos que atuam como Microempreendedor Individual (MEI), já que não será mais necessário solicitar credenciamento de forma presencial nas inspetorias fiscais. A simplificação é maior para o contribuinte que se inscrever como MEI a partir de agora na Secretaria da Fazenda do Estado (SefazBa), pois estará automaticamente credenciado. Já os 380 mil contribuintes MEI com cadastro em vigor só precisarão preencher um formulário disponível na Carta de Serviços ao Cidadão, situada no topo do site www.sefaz.ba.gov.br, e aguardar a autorização, que também ocorrerá on-line.

Uma vez credenciado, o microempreendedor poderá emitir notas a qualquer momento. De acordo com a legislação, a emissão de notas pelo MEI não é obrigatória, mas há esta opção caso necessário. Para fazer a emissão de forma voluntária, no entanto, é necessário o credenciamento prévio. A Sefaz-Ba lembra que, uma vez credenciado, o MEI precisa dispor das condições exigidas de todos os demais contribuintes para a emissão regular de notas eletrônicas: certificado digital, acesso à internet e programa emissor do documento fiscal.

100 % digital

“A mudança elimina um procedimento burocrático e torna mais simples o dia-a-dia dos microempreendedores”, avalia o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Ele lembra que a novidade integra o recém-lançado programa Sefaz 100% Digital e está entre os 36 novos serviços da SefazBa disponíveis inteiramente on-line, sempre com acesso pela Carta de Serviços.

Os novos serviços on-line incluem solicitações para ao todo 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal sobre legislação tributária e um requerimento de Regime Especial de procedimentos e prazo de pagamento de ICMS.

De acordo com o superintendente de Gestão Fazendária da SefazBa, Félix Mascarenhas, o programa Sefaz 100% Digital “reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital”.

Como acessar

Para encontrar estes e outros procedimentos que agora dispensam a necessidade de comparecimento do usuário a unidades de atendimento presencial da SefazBa, o interessado deve acessar a Carta de Serviços ao Cidadão e buscar o serviço de seu interesse.

Antes de clicar para chegar à página de solicitação do serviço, o usuário é apresentado a todas as informações necessárias, incluindo os documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

Fonte: Ascom/ Secretaria da Fazenda do Estado

Veículo: Política Livre	
Data: 29.12.2020	Caderno: Economia



28 de dezembro de 2020 | 18:23

Bahia simplifica emissão de nota fiscal por contribuinte MEI

Emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) está muito mais fácil para os baianos que atuam como Microempreendedor Individual (MEI), já que não será mais necessário solicitar credenciamento de forma presencial nas inspetorias fiscais. A simplificação é maior para o contribuinte que se inscrever como MEI a partir de agora na Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), pois estará automaticamente credenciado. Já os 380 mil contribuintes MEI com cadastro em vigor só precisarão preencher um formulário disponível na Carta de Serviços ao Cidadão, situada no topo do site www.sefaz.ba.gov.br, e aguardar a autorização, que também ocorrerá on-line.

Uma vez credenciado, o microempreendedor poderá emitir notas a qualquer momento. De acordo com a legislação, a emissão de notas pelo MEI não é obrigatória, mas há esta opção caso necessário. Para fazer a emissão de forma voluntária, no entanto, é necessário o credenciamento prévio. A Sefaz-Ba lembra que, uma vez credenciado, o MEI precisa dispor das condições exigidas de todos os demais contribuintes para a emissão regular de notas eletrônicas: certificado digital, acesso à internet e programa emissor do documento fiscal.

100% digital

“A mudança elimina um procedimento burocrático e torna mais simples o dia-a-dia dos microempreendedores”, avalia o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. Ele lembra que a novidade integra o recém-lançado programa Sefaz 100% Digital e está entre os 36 novos serviços da Sefaz-Ba disponíveis inteiramente on-line, sempre com acesso pela Carta de Serviços.

Os novos serviços on-line incluem solicitações para ao todo 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal sobre legislação tributária e um requerimento de Regime Especial de procedimentos e prazo de pagamento de ICMS.

De acordo com o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas, o programa Sefaz 100% Digital “reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital”.

Como acessar

Para encontrar estes e outros procedimentos que agora dispensam a necessidade de comparecimento do usuário a unidades de atendimento presencial da Sefaz-Ba, o interessado deve acessar a Carta de Serviços ao Cidadão e buscar o serviço de seu interesse.

Antes de clicar para chegar à página de solicitação do serviço, o usuário é apresentado a todas as informações necessárias, incluindo os documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

Estado da Bahia simplifica emissão de nota fiscal por contribuinte MEI



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **Microempreendedor Individual** (MEI) não vai mais precisar solicitar credenciamento de forma presencial nas inspetorias fiscais para emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

A simplificação é maior para o contribuinte que se inscrever como MEI a partir de agora na Secretaria da Fazenda do Estado (SefazBa), pois estará automaticamente credenciado. Já os 380 mil contribuintes MEI com cadastro em vigor só precisarão preencher um formulário disponível na Carta de Serviços ao Cidadão, situada no topo do site www.sefaz.ba.gov.br, e aguardar a autorização, que também ocorrerá on-line.

Uma vez credenciado, o microempreendedor poderá emitir notas a qualquer momento. De acordo com a legislação, a emissão de notas pelo MEI não é obrigatória, mas há esta opção caso necessário. Para

fazer a emissão de forma voluntária, no entanto, é necessário o credenciamento prévio. A Sefaz-Ba lembra que, uma vez credenciado, o MEI precisa dispor das condições exigidas de todos os demais contribuintes para a emissão regular de notas eletrônicas: certificado digital, acesso à internet e programa emissor do documento fiscal.

100 % digital

'A mudança elimina um procedimento burocrático e torna mais simples o dia-a-dia dos microempreendedores', avalia o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**. Ele lembra que a novidade integra o recém-lançado programa Sefaz 100% Digital e está entre os 36 novos serviços da SefazBa disponíveis inteiramente on-line, sempre com acesso pela Carta de Serviços.

Os novos serviços on-line incluem solicitações para ao todo 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal sobre legislação tributária e um requerimento de Regime Especial de procedimentos e prazo de pagamento de **ICMS**.

De acordo com o superintendente de Gestão Fazendária da SefazBa, Félix Mascarenhas, o programa Sefaz 100% Digital 'reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital'.

Como acessar

Para encontrar estes e outros procedimentos que agora dispensam a necessidade de comparecimento do usuário a unidades de atendimento presencial da SefazBa, o interessado deve acessar a Carta de Serviços ao Cidadão e buscar o serviço de seu interesse.

Antes de clicar para chegar à página de solicitação do serviço, o usuário é apresentado a todas as informações necessárias, incluindo os documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Micro Empreendedor Individual | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, ICMS

Bahia simplifica emissão de nota fiscal por contribuinte MEI



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) está muito mais fácil para os baianos que atuam como **Microempreendedor Individual** (MEI), já que não será mais necessário solicitar credenciamento de forma presencial nas inspetorias fiscais. A simplificação é maior para o contribuinte que se inscrever como MEI a partir de agora na Secretaria da Fazenda do Estado (SefazBa), pois estará automaticamente credenciado. Já os 380 mil contribuintes MEI com cadastro em vigor só precisarão preencher um formulário disponível na Carta de Serviços ao Cidadão, situada no topo do site www.sefaz.ba.gov.br, e aguardar a autorização, que também ocorrerá on-line.

Uma vez credenciado, o microempreendedor poderá emitir notas a qualquer momento. De acordo com a legislação, a emissão de notas pelo MEI não é obrigatória, mas há esta opção caso necessário. Para fazer a emissão de forma voluntária, no entanto, é necessário o credenciamento prévio. A Sefaz-Ba lembra que, uma vez credenciado, o MEI precisa dispor das

condições exigidas de todos os demais contribuintes para a emissão regular de notas eletrônicas: certificado digital, acesso à internet e programa emissor do documento fiscal.

100 % digital

'A mudança elimina um procedimento burocrático e torna mais simples o dia-a-dia dos microempreendedores', avalia o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**. Ele lembra que a novidade integra o recém-lançado programa Sefaz 100% Digital e está entre os 36 novos serviços da SefazBa disponíveis inteiramente on-line, sempre com acesso pela Carta de Serviços.

Os novos serviços on-line incluem solicitações para ao todo 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal sobre legislação tributária e um requerimento de Regime Especial de procedimentos e prazo de pagamento de **ICMS**.

De acordo com o superintendente de Gestão Fazendária da SefazBa, Félix Mascarenhas, o programa Sefaz 100% Digital 'reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital'.

Como acessar

Para encontrar estes e outros procedimentos que agora

dispensam a necessidade de comparecimento do usuário a unidades de atendimento presencial da SefazBa, o interessado deve acessar a Carta de Serviços ao Cidadão e buscar o serviço de seu interesse.

Antes de clicar para chegar à página de solicitação do serviço, o usuário é apresentado a todas as informações necessárias, incluindo os documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Micro Empreendedor Individual | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, ICMS

Sefaz-BA simplifica emissão de nota fiscal por contribuinte MEI



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Telegram

Viber

Emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) está mais fácil para os baianos que atuam como **Microempreendedor Individual** (MEI). A partir de agora não será mais necessário solicitar credenciamento de forma presencial nas inspetorias fiscais. A novidade é automática para quem se inscrever como MEI a partir de agora na Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba).

Facebook

Já os 380 mil contribuintes MEI com cadastro em vigor só precisarão preencher um formulário disponível na Carta de Serviços ao Cidadão, situada no topo do site www.sefaz.ba.gov.br, e aguardar a autorização, que também ocorrerá on-line.

Twitter

WhatsApp

Uma vez credenciado, o microempreendedor poderá emitir notas a qualquer momento. De acordo com a legislação, a emissão de notas pelo MEI não é obrigatória, mas há esta opção caso necessário. Para fazer a emissão de forma voluntária, no entanto, é necessário o credenciamento prévio. A Sefaz-Ba lembra que, uma vez credenciado, o MEI precisa dispor das condições exigidas de todos os demais contribuintes para a emissão regular de notas eletrônicas: certificado digital, acesso à internet e programa emissor do documento fiscal.

Google+

Email

Pinterest

'A mudança elimina um procedimento burocrático e torna mais simples o dia-a-dia dos

microempreendedores', avalia o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**. Ele lembra que a novidade integra o recém-lançado programa Sefaz 100% Digital e está entre os 36 novos serviços da Sefaz-Ba disponíveis inteiramente on-line, sempre com acesso pela Carta de Serviços.

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Micro Empreendedor Individual | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, ICMS

Os novos serviços on-line incluem solicitações para ao todo 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal sobre legislação tributária e um requerimento de Regime Especial de procedimentos e prazo de pagamento de **ICMS**.

De acordo com o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas, o programa Sefaz 100% Digital 'reúne medidas de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital'.

COMO ACESSAR

Para encontrar estes e outros procedimentos que agora dispensam a necessidade de comparecimento do usuário a unidades de atendimento presencial da Sefaz-Ba, o interessado deve acessar a Carta de Serviços ao Cidadão e buscar o serviço de seu interesse.

Antes de clicar para chegar à página de solicitação do serviço, o usuário é apresentado a todas as informações necessárias, incluindo os documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

Compras de Natal e ano novo concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação iBahia

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** podem aproveitar as compras de final de ano para incluir o CPF na nota e concorrer a um prêmio de R\$ 100 mil e a 90 de R\$ 10 mil no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**.

Na hora de comprar a roupa nova, os itens da ceia, os presentes para amigos ou os enfeites para decorar a casa, quem já está inscrito no site da Nota Premiada só precisa se lembrar de solicitar ao estabelecimento comercial que o CPF cadastrado na campanha seja inserido na nota fiscal, condição necessária para que sejam gerados os bilhetes que concorrerão no sorteio de janeiro. Os sorteios sempre levam em conta bilhetes gerados no mês imediatamente anterior.

Para quem não está cadastrado na campanha, ainda dá tempo de participar. Para isso, é necessário cadastrar-se no site e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota, o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas. As entidades a serem apoiadas participam do programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a **Nota Premiada Bahia** já premiou o total de 1.132 pessoas, das quais 716 de Salvador, 415 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$34,8 milhões para essas entidades.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/12/20	



COMPRAS DE NATAL E ANO NOVO CONCORREM NO PRÓXIMO SORTEIO DA NOTA PREMIADA



admin 28 Dezembro, 2020

Os participantes da Nota Premiada Bahia podem aproveitar as compras de final de ano para incluir o CPF na nota e concorrer a um prêmio de R\$ 100 mil e a 90 de R\$ 10 mil no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado.

Na hora de comprar a roupa nova, os itens da ceia, os presentes para amigos ou os enfeites para decorar a casa, quem já está inscrito no site da Nota Premiada só precisa se lembrar de solicitar ao estabelecimento comercial que o CPF cadastrado na campanha seja inserido na nota fiscal, condição necessária para que sejam gerados os bilhetes que concorrerão no sorteio de janeiro. Os sorteios sempre levam em conta bilhetes gerados no mês imediatamente anterior.

Para quem não está cadastrado na campanha, ainda dá tempo de participar. Para isso, é necessário cadastrar-se no site e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota, o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas. As entidades a serem apoiadas participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia já premiou o total de 1.132 pessoas, das quais 716 de Salvador, 415 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$34,8 milhões para essas entidades.

Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Compras de Natal e ano novo concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** podem aproveitar as compras de final de ano para incluir o CPF na nota e concorrer a um prêmio de R\$ 100 mil e a 90 de R\$ 10 mil no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**.

Na hora de comprar a roupa nova, os itens da ceia, os presentes para amigos ou os enfeites para decorar a casa, quem já está inscrito no site da Nota Premiada só precisa se lembrar de solicitar ao estabelecimento comercial que o CPF cadastrado na campanha seja inserido na nota fiscal, condição necessária para que sejam gerados os bilhetes que concorrerão no sorteio de janeiro. Os sorteios sempre levam em conta bilhetes gerados no mês imediatamente anterior.

Para quem não está cadastrado na campanha, ainda dá tempo de participar. Para isso, é necessário cadastrar-

se no site e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota, o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas. As entidades a serem apoiadas participam do programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a **Nota Premiada Bahia** já premiou o total de 1.132 pessoas, das quais 716 de Salvador, 415 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$34,8 milhões para essas entidades.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Compras de Natal e ano novo concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Telegram

Viber

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** podem aproveitar as compras de final de ano para incluir o CPF na nota e concorrer a um prêmio de R\$ 100 mil e a 90 de R\$ 10 mil no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**.

Na hora de comprar a roupa nova, os itens da ceia, os presentes para amigos ou os enfeites para decorar a casa, quem já está inscrito no site da Nota Premiada só precisa se lembrar de solicitar ao estabelecimento comercial que o CPF cadastrado na campanha seja inserido na nota fiscal, condição necessária para que sejam gerados os bilhetes que concorrerão no sorteio de janeiro. Os sorteios sempre levam em conta bilhetes gerados no mês imediatamente anterior.

Para quem não está cadastrado na campanha, ainda dá tempo de participar. Para isso, é necessário cadastrar-se no site e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

Facebook

Twitter

WhatsApp

Google+

Email

Pinterest

A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada

compra com a inclusão do CPF na nota, o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas. As entidades a serem apoiadas participam do programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a **Nota Premiada Bahia** já premiou o total de 1.132 pessoas, das quais 716 de Salvador, 415 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R\$34,8 milhões para essas entidades. (G1/Ba)

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

CORPORAÇÃO Pesquisa aponta que, das empresas consultadas, 35% foram fundadas há 5 anos ou mais, com 39% em processo de expansão ou consolidação

Fintechs com mulheres na gestão tendem a durar mais

MARJORIE MOURA

A terceira edição da pesquisa Fintech Deep Dive 2020 lançada pela Associação Brasileira de Fintechs (AB-Fintechs) e a consultoria e auditoria PwC Brasil concluiu que as empresas que têm ao menos uma fundadora tendem a ser mais duradouras: das fintechs (startups que trabalham para inovar e otimizar serviços do sistema financeiro) com cinco anos ou mais, 42% contaram com ao menos uma mulher em sua fundação, contra 29% das fundadas apenas por homens.

Das empresas consultadas, 35% foram fundadas há cinco anos ou mais, com 39% em processo de expansão ou consolidação. A maioria das empresas deste segmento continua concentrada na região Sudeste, e 66% delas estão sediadas na cidade de São Paulo. E como não poderia deixar de ser, 73% desenvolvem soluções para PIX e/ou Open Banking, com 76% esperando que o retorno dessas duas

iniciativas seja recebido nos 12 meses seguintes e 13% ainda fornecendo um serviço não disponível no sistema bancário.

A base do levantamento foram as respostas de representantes de 148 fintechs, de diferentes portes e setores, ouvidos entre setembro e outubro deste ano. Em termos de diversificação, o segmento de créditos, financiamentos e negociação de dívidas é o que atrai mais fintechs (21%), seguido por meios de pagamento – campeão de 2019 (16% este ano,

contra 21% no ano anterior). O restante se divide entre gestão financeira (9%), bancos digitais (9%) e tecnologias como Open Banking e Banking as a Service (7%).

Das fintechs consultadas, cerca de 51% atendem a empresas, 41% têm na carteira pequenas e médias, enquanto 43% atendem pessoas físicas – 5% dos clientes das fintechs nunca tiveram acesso a produtos financeiros formais. O foco exclusivo no atendimento a empresas também aumentou de 29% para 40%, indicando uma maior confiança dos clientes corporativos nas fintechs, avalia o levantamento. Ao longo dos últimos três anos ocorreu o amadurecimento do mercado: no primeiro ano, as empresas com faturamento inferior a R\$ 350 mil anuais representavam 51% das participantes e hoje correspondem a 42%.

Possibilidades digitais

“Entre 2019 e 2020 pudemos perceber algumas mudanças em relação às fintechs e a forma como

atuam, confirmando o fortalecimento do mercado. As empresas estão se diversificando mais, trabalhando com outros públicos, oferecendo outros serviços – algo que só se torna possível a partir do momento em que o empreendimento não é uma aposta de risco. A chegada de novas possibilidades digitais, como o PIX, abre ainda mais opções, e devemos observar esses resultados já ao longo do próximo ano”, afirma Luís Riuvo, sócio da PwC Brasil.

“Com toda a inovação incentivada pelas novidades no sistema bancário e a necessidade de reinvenção em meio a uma pandemia global, as fintechs passaram por um longo período de amadurecimento e pavimentaram com disrupção os seus caminhos em meio à crise. Como resultado, temos um setor fortalecido, com atuação mais diversificada, oferecendo novos serviços e alcançando um novo tipo de público”, analisa Diego Perez, diretor da ABFintechs.

66%

das empresas do segmento estão sediadas na cidade de São Paulo. E 73% desenvolvem soluções para PIX e/ou Open Banking, com 76% esperando que o retorno das duas iniciativas seja recebido nos 12 meses seguintes

DESEMPENHO

Indústria prevê expansão em 2021

Iris Moreira Leandro/ Sistema Fieb

ISSO É BAHIA

VICTOR ROSA

A tendência é que 2021 seja desafiador para a indústria baiana. O setor deve fechar este ano com um quadro de provável estabilidade e uma expectativa de crescimento em 2021.

Contudo, segundo o gerente-executivo de desenvolvimento industrial da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Marcus Verhine, o crescimento de 2021 pode significar, na verdade, o retorno para a estabilidade de setores industriais que foram afetados fortemente pela pandemia da Covid-19.

Refino e construção

Marcus explica que os setores de refino e construção civil destoaram em 2020 e ajudaram a equilibrar outros setores que apresentaram queda, como o automotivo e o metalúrgico.

“O ano de 2020 foi complicado por conta da pan-



Verhine acredita que estabilidade do setor pode voltar

“O ano de 2020 foi complicado por conta da pandemia (do coronavírus)”

MARCUS VERHINE, da Fieb

Os setores de construção e refino ajudaram a equilibrar outros setores

BENEFÍCIO

Caixa paga auxílio para 3,2 mi de brasileiros

ANDREIA VERDÉLIO
Agência Brasil, Brasília

A Caixa Econômica Federal pagou ontem o auxílio emergencial para 3,2 milhões de brasileiros nascidos em novembro. Serão liberados cerca de R\$ 1,1 bilhão para beneficiários que não fazem parte do Bolsa Família, no ciclo 6 de pagamentos do programa. Os pertencentes ao Bolsa Família receberam de acordo com o calendário do programa social. Do total, 49,1 mil recebe-

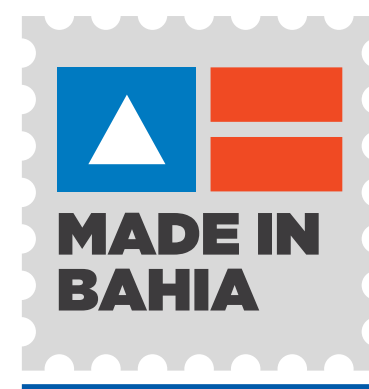
ria. Mas a expectativa é que, em 2021, a gente tenha um crescimento, que significa a recuperação destes setores afetados”, disse o gerente da Fieb, em entrevista ontem para o Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM.

Pandemia

Apesar de a Fieb projetar crescimento para 2021, Marcus detalha que tudo vai depender de dois fatores importantes: como a pandemia vai ser tratada e como o governo vai ajudar neste crescimento.

Um dos exemplos citados foi o auxílio emergencial, que se encerra em dezembro deste ano, e seu fim pode causar instabilidade para o ano que vem.

“Tudo vai depender da questão da pandemia e como vai ser tratada. O auxílio emergencial, por exemplo, manteve o patamar de produção dos setores de alimentos e bebidas. Não sabemos como o corte do auxílio vai impactar 2021. Logo, a ajuda do governo é importantíssima para que exista uma retomada de fato da indústria e seu crescimento”, comenta Marcus.



Morya, 64 anos. DNA Fernando Carvalho



CLAUDIO CARVALHO

Publicitário, presidente da Morya e da Abap-BA

A Morya nasceu em 10/7/1956, com o nome Publivendas, e foi fundada por Otávio Carvalho, meu saudoso pai e tio. Logo na sequência, se juntaram a ele minha tia Gilda Carvalho e meu pai, Fernando Carvalho, que, ao longo da trajetória da empresa, foi o seu grande líder. Ele projetou a Publivendas para o patamar das maiores agências de publicidade do país e deixou como legado a solidez da reputação. Aonde eu chego é assim: é filho de Fernando Carvalho, então tem portas abertas. Meu pai teve atuação também destacada no associativismo, foi fundador e primeiro presidente da Abap-BA e do Sinapro-BA.

Passaram-se 64 anos, sete mudanças de moeda, democracia, período militar, redemocratização, industrialização do país, explosão do agronegócio, TV, internet. Nossa empresa viu foi muita coisa e se manteve firme e vencedora porque não mudamos os valores, a escolha pela criatividade e o entendimento de que o certo é o certo.

Em 2004, perto dos 50 anos, mudamos o nome, de Publivendas para Morya, e sempre em transformação. Essa mudança de nome apontava a empresa para os próximos 50 anos, tava na hora de enxergar a comunicação com outros olhos. Sob o novo guarda-chuva, a Morya continuava fiel aos seus valores.

Sempre tivemos a coragem para abrir mercados e tivemos atuação em várias regiões do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. E, em 2008, assumimos como posicionamento a presença nacional e o conhecimento regional. Esta atuação despertou o interesse do Grupo ABC, o maior grupo de agências de comunicação da América Latina, do baiano e amigo Nizan Guanaes. Assim, em 2011, a Morya passa a ter como sócio o Grupo ABC, que em 2016 passa a ser controlado pelo Omnicom Group, segundo maior do mundo.

Em 2019, Claudio Carvalho volta a controlar a empresa da família e torna-se o único sócio da Morya. E, nesse mesmo ano, conquista contas importantes e retoma mais uma frente de mercado, com a Morya no Recife.

Olhando para frente e inspirado em Darwin, vai sobreviver quem tem capacidade de se adaptar, vivemos um momento memorável de transformação digital. O cliente entra pela porta da Morya e tem uma entrega integrada de comunicação, não tem esse negócio de agência off e agência digital, até porque não existe consumidor on e consumidor off, existe consumidor.

Atendemos contas importantes do nosso mercado e acreditamos em alianças duradouras com clientes, fornecedores e veículos. Procuramos construir um ambiente de trabalho feito à base do respeito e que faça da Morya uma boa casa para que nossos morya nos e moryanas se realizem profissionalmente e pessoalmente.

Fazer uma agência de publicidade na Bahia tem uma diferença especial, porque a criatividade brasileira nasceu aqui, é a criatividade made in Bahia.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

Planos de saúde vão subir até 35% em 2021

ESTIMATIVA Os planos de saúde devem ter um aumento de até 35% nas mensalidades ao longo do ano que vem. O percentual é uma estimativa feita em reportagem do site UOL e leva em consideração o reajuste previsto para 2021 somado à alta aprovada para 2020 e que só será cobrada a partir de janeiro. Isso porque, em razão da pandemia, a Agência Nacional de Saúde (ANS), suspendeu o reajuste de 8,14% sobre os planos individuais e de 15% sobre os planos coletivos (que abarcam 81% dos usuários) que seria aplicado este ano.

A ANS decidiu que o aumento das mensalidades dos planos, que valeria para setembro, outubro, novembro e dezembro, será cobrado em 12 parcelas a partir de 1º de ja-

Segundo a Fenasauúde (entidade que reúne os planos) a não aplicação do reajuste - como quer o Idec - vai desequilibrar os contratos e afetar a prestação do serviço, penalizado consumidores

neiro, mês em que o reajuste de 8,14% (planos individuais) e 15% (coletivos) também passará a valer. A parcela do reajuste de 2020 equivale - ainda segundo cálculos do UOL - a um aumento de 5% ao mês no valor que é pago atualmente. E, para fechar a equação, foi considerado que os percentuais de reajustes de 2021 repetiriam os concedidos pela ANS em 2020, que foram os mesmos de anos anteriores, segundo o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor). Seguindo esta fórmula, um usuário de 34 anos - que paga cerca de R\$ 393 de plano - chegará ao final do ano que vem desembolsando aproximadamente R\$ 530, acréscimo de R\$ 137, ou 35%.

O Idec se uniu à Defensoria Pública e pediu à ANS que abra os dados financeiros do setor para comprovar a necessidade de parcelar o

aumento de 2020 ao longo do ano que vem. O instituto também pediu na Justiça o cancelamento de todos os reajustes repassados entre março e agosto deste ano.

O argumento foi o de que a lucratividade das operadoras durante a crise sanitária, que já chega a R\$ 29,8 bilhões entre março e setembro, de acordo com o último boletim da agência. No período, as empresas receberam de seus segurados um total de R\$ 101,3 bilhões em mensalidades, mas repassaram R\$ 71,5 bilhões a hospitais e clínicas.

O resultado se deve aos cancelamentos e adiamentos de serviços médicos por conta da pandemia. Ainda segundo a ANS, a taxa que mede o número de vezes em que os planos foram acionados caiu de 79% (média dos últimos quatro anos) para 62% em junho, e voltou a subir para 73% em setembro.

INDICADORES

CÂMBIO

	Cotado	Variação
Dólar Comercial	R\$ 5,218	R\$ 5,24
Dólar Turismo	R\$ 5,217	R\$ 5,301
Euro Turismo	R\$ 6,288	R\$ 6,4

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Sérvia	16.021,03	+0,0%

POUPANÇA

28/10/2020	0,109%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.041,00

INFLAÇÃO

	Novembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,88%	2,88%	4,31%
NPC/IBGE	0,95%	3,88%	5,9%
IGP-M/FGV	3,28%	21,88%	24,52%

MULTA

260MI

de reais é a multa aplicada pelo governo colombiano a Odebrecht por inconformidades na construção de uma rodovia no país. A empresa e parceiras da Colômbia, teriam pago US\$ 6,5 milhões para vencer a licitação.

GASOLINA E DIESEL REAJUSTADOS HOJE

NAS REFINARIAS A Petrobras anunciou, ontem, um novo reajuste nos combustíveis. A gasolina terá aumento de 5% e o diesel, de 4%. Os novos valores passam a vigorar a partir de hoje. O último reajuste foi em 16 de dezembro. Segundo a Petrobras, com o aumento de 5%, o preço médio da gasolina para as distribuidoras passou a ser de R\$ 1,84 por litro. No acumulado do ano, a redução do preço do combustível é de 4,1%.

E-COMMERCE CRESCE 44,6% NO NATAL

FATURAMENTO Estudo da Ebit/Nielsen indica que o faturamento das vendas online realizadas entre 10 e 24 de dezembro - período que compreende as vendas relacionadas ao Natal - foi de R\$ 3,8 bilhões, alta de 44,6% na comparação com o mesmo período do ano passado. O valor supera projeção da própria Nielsen, que havia estimado alta de 30%. No ambiente digital, o avanço nos resultados com as vendas do Natal superou o registrado na Black Friday.

Veículo: Correio

Data: 29/12/2020

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Uma disputa nada trivial

Há muito mais em jogo na disputa do comando das duas casas do Congresso do que parece. As diferenças ideológicas entre partidos de centro, ou entre pessoas de um mesmo partido, podem parecer imperceptíveis. Mas, dependendo da escolha feita pelos parlamentares, o país elevará os riscos institucionais que correm na atual administração, ou terá a chance de reduzi-los.

A autonomia do Legislativo é parte fundamental da barreira contra as tendências autoritárias do presidente e de luta contra a sua agenda retrógrada. Não se espera um Congresso que faça oposição ao presidente, mas que ponha limites ao Executivo dentro do necessário e saudável processo de freios e contrapesos.

Bolsonaro, em 2020, no início da pandemia, participou de manifestações que pediam o fechamento do Congresso, isso deveria ser o suficiente para convencer os partidos de oposição, ou os parlamentares que têm apreço pela democracia, de qualquer partido ou tendência, a ficarem longe de um deputado ou senador que tenha a marca de candidato desse presidente.

Não foi exagero, portanto, que a frente articulada pelo de-

putado Rodrigo Maia em torno do deputado Baleia Rossi tenha se apresentado com a bandeira da democracia. É disso que se trata. E quem deixou isso claro foi o próprio presidente, com a sua reiterada apologia da ditadura militar que vitimou o Brasil por duas décadas. Hoje o governo representa também apoio às medidas de desmonte do aparato de proteção institucional das comunidades indígenas, do meio ambiente, da educação e da saúde.

A agenda do presidente Bolsonaro é estranha às necessidades urgentes do país. O Brasil precisa neste momento fortalecer Saúde, Educação e proteção ambiental. O presidente quer excludente de licitude para os policiais, a chamada escola sem

partido, mineração em terra indígena e armamentismo. Nada mais estrangeiro às necessidades do país. A educação se transformou em uma tarefa mais urgente com a pandemia. A Câmara teve que lutar inúmeras vezes para derrotar as tentativas de tirar dinheiro do Fundeb. Ora eram ideias ruins do Ministério da Economia, ora eram truques do governo para levar dinheiro para instituições privadas.

Alguém pode considerar que, na economia, o candidato do governo teria mais aderência à agenda de reformas. Pode ser o oposto. A reforma econômica mais importante no Congresso é a tributária, e quem levou o projeto que tramitou na Câmara, mesmo diante de todo o desin-

teresse do governo, foi o deputado Baleia Rossi. Também no projeto econômico o candidato da frente não governista pode ser mais interessante. Diante da queda da sua aprovação, o presidente-candidato pode reagir com o ideário no qual ele acredita: o populismo fiscal.

O argumento do deputado Arthur Lira de que sua eleição daria ao governo um aliado para enfrentar a crise só ficaria de pé se o governo tivesse enfrentado a crise. Ele a agravou quando criou conflitos federativos, fez campanha eleitoral antecípada, provocou aglomerações, submeteu o Ministério da Saúde ao seu obscurantismo e mandonismo, sabotou medidas sanitárias de proteção, espalhou dúvidas sobre a vacina. Bolsonaro de-

monstrou durante toda a crise de 2020 que ele é impermeável ao conhecimento. Simplesmente não entendeu a natureza da crise, nem quis entender. Sua ação foi deletéria. Dar mais poder a este governo eleva exponencialmente o risco que o país corre em todas as áreas.

No Senado, abre-se uma possibilidade com a candidatura da senadora Simone Tebet. Ela é mulher num país de poder excessivamente masculino. É qualificada. A candidatura dela representaria sem dúvida um avanço, porque a senadora é também uma profunda conhecedora da Constituição, que tem sido tão afrontada nos últimos anos. Entre ela e os senadores homens pré-candidatos, dois deles líderes do governo no Congresso e no Senado, há uma enorme diferença.

Nas duas Casas agora se negocia. É natural que os cargos das mesas e das comissões estejam em disputa, porque isso dará à minoria maior ou menor possibilidade de atuação. O grande cenário, contudo, mostra que há algo muito mais valioso em jogo do que os cargos que o governo tem oferecido em troca de apoio aos candidatos dóceis ao Executivo.

EVANDRO VIEIRA / ARQUIVO CORREIO



Covid faz expectativa de vida recuar 2 anos

Pesquisadores dizem que pandemia trouxe impactos sociais duradouros ao Brasil

Das agências

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

Pela primeira vez desde 1940, a expectativa de vida dos brasileiros - um dos indicadores que formam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - vai recuar. Segundo especialistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o tempo médio de vida esperado para cidadãos nascidos no Brasil deve cair até 2 anos em 2020 em relação àquela observada em 2019.

O recuo é um dos impactos das mortes provocadas pela covid-19, que já ultrapassaram 191 mil no país. A informação é do jornal O Estado de São Paulo. De acordo com as estimativas dos pesquisadores ouvidos pela reportagem, dependendo da capacidade do governo de vacinar a população no ano que vem, essa queda pode ainda se perpetuar por mais um ano.

Em 1940, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer era muito baixa, de 45,5 anos. Desde então, com a redução da mortalidade infantil e os avanços na medicina, o nú-

mero vem crescendo consistentemente. Em 1980 chegou a 62,5 e, no ano 2000, a 69,8. Nos últimos vinte anos, os ganhos foram um pouco mais lentos, mas, mesmo assim, nunca se registrou um decréscimo.

De acordo com os últimos números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em novembro, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer era de 76,6. E poderia ser ainda mais alta se não fosse a vio-

Historicamente, a cada três anos, nós ganhamos um ano de expectativa de vida ao nascer. Agora, vamos perder em um ano o que levamos seis anos para conseguir. Ou seja, não só vamos deixar de avançar como vamos também retroceder

Marcelo Neri
economista da FGV Social

lência urbana, que costuma vitimar homens jovens. Tanto que a expectativa de vida das mulheres era de 80,1 anos, contra 73,1 anos dos homens.

RETROCESSO

"Historicamente, a cada três anos, nós ganhamos um ano de expectativa de vida ao nascer", explica o economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social. "Agora, vamos perder em um ano o que levamos seis anos para conseguir. Ou seja, não só vamos deixar de avançar como vamos também retroceder."

Do ponto de vista demográfico, o impacto é muito grande, sobretudo porque 75% da letalidade da doença se concentra entre os idosos. Em geral, as mortes de crianças e jovens têm um impacto muito maior na expectativa de vida média da população do que entre os mais velhos.

"Mas o número de mortos foi tão grande, foi uma quantidade tão desproporcional, que acabou tendo todo esse impacto na expectativa de vida", avalia Neri. "Este número, 191 mil, equivale a quatro vezes as taxas anuais de homicídios no Brasil; por isso tem esse efeito demográfico gigantesco."

A expectativa de vida do brasileiro ao nascer cresce anualmente desde 1940 - saltando de 40,5 anos para 76,6 neste ano - e agora deve cair até 2 anos, chegando a 74,6

Desigualdade educacional vai aumentar

Outro retrocesso causado pela pandemia e que deve se perpetuar, segundo os especialistas, diz respeito à educação. A desigualdade educacional que vinha caindo há pelo menos 40 anos voltou a subir por causa das dificuldades que muitos alunos tiveram, sobretudo os mais pobres, para estudar.

"Entre os jovens de 6 a 15 anos, a média de estudo durante a pandemia foi de duas horas e dezoito minutos, muito abaixo das quatro horas mínimas exigidas pela LDBE (Lei de Diretrizes Básicas da Educação)", afirma o economista Marcelo Neri.

"E a redução foi muito maior entre os alunos de escolas públicas, de renda mais baixa e das áreas mais remotas. No Pará, por exemplo, 42% dos alunos não receberam material, não fizeram estudo remoto por falta de material. Isso reverte totalmente a tendência de redução de desigualdade educacional que vinha caindo há 40 anos", fala o pesquisador. "Muitas dessas perdas são irreversíveis e podem gerar um efeito permanente. Teremos uma geração covid", complementa.

A redução (de horas de estudo) foi muito maior entre os alunos de escolas públicas, de renda mais baixa e das áreas mais remotas (...). Muitas dessas perdas são irreversíveis e podem gerar um efeito permanente. Teremos uma geração covid

Marcelo Neri
economista da FGV Social

Metade da população está desocupada

Embora a renda per capita da população tenha se mantido elevada por conta do pagamento do auxílio emergencial, o nível de ocupação da população nunca foi tão baixo no Brasil segundo pesquisadores da FGV, do IBGE e do IPEA que analisam os impactos sociais da pandemia. A taxa era de 49,7% em maio e chegou a 49,6% em novembro. Ou seja, metade das pessoas em idade de trabalhar está fora do mercado de trabalho.

"Desde que começamos a medir essa taxa nunca tínhamos observado uma ocupação abaixo de 50%", afirmou a coordenadora da pesquisa Pnad-Covid, do IBGE, Maria Lúcia Vieira.

"Neste sentido, foi um ano muito atípico e complicado para o mercado de trabalho porque houve rendimento efetivo, mas tivemos esse comportamento do nível de ocupação".

O fim do auxílio emergencial em 31 de dezembro preocupa os especialistas, pois deve marcar a volta de um grande número de pessoas para a situação de extrema pobreza. "Neste aspecto 2021 me preocupa muito mais do que 2020", afirmou Marcelo Neri.

O comportamento do mercado de trabalho vai se dar muito em função das questões pandêmicas; se tudo estiver terminando e se revertendo poderíamos entender que estamos voltando para um comportamento já conhecido, com a ocupação aumentando até o final do ano. Mas não temos como prever

Maria Lúcia Vieira
coordenadora de pesquisa Pnad-Covid do IBGE

4 vezes mais brasileiros morreram infectados pelo novo coronavírus e covid que por homicídios neste ano



O governador Rui Costa empossou ontem Sérgio Mandarin (secretário da SSP), Hédio Jorge (subsecretário) e Heloisa Brito (delegada-geral)

‘Violência, sozinha, não funciona’

Segurança Novo secretário propõe debate e diz que ‘polícia pode ser humana e eficiente’

Fernanda Santana
REPORTAGEM
fernanda.santana@redesbahiainformatica.com.br

O governador Rui Costa empossou, nesta segunda-feira, os três novos membros da Secretaria da Segurança do Estado: o atual secretário da pasta, Ricardo Mandarin; o subsecretário, Hédio Jorge; e a nova delegada-geral da Polícia Civil, Heloisa Brito. Os discursos foram pautados na repressão aos crimes contra mulher, crime organizado, tráfico de drogas e na defesa dos direitos humanos dos cidadãos.

A cerimônia aconteceu online, por volta das 11h, depois que o novo secretário testou positivo para covid-19. Ele assumiu o posto de Maurício Barbosa, que estava no comando da SSP desde 2011. Barbosa foi afastado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) há duas semanas, e depois exonerado pelo governador. O assunto não foi mencionado na cerimônia, mas todos reforçaram a necessidade de agir dentro de lei no exercício das funções.

Ricardo Mandarin, o primeiro a falar, fez um breve resumo sobre sua vida pessoal e profissional, durante o discurso de posse, e defendeu uma política de combate ao crime organizado que não seja pautada apenas pela vio-

lência e repressão. O novo secretário é juiz federal aposentado e, antes disso, foi delegado, procurador estadual da Fazenda e integrante do Conselho Nacional do Ministério Público.

“Violência, sozinha, não funciona, e a gente está vendo que não funciona em lugar nenhum do mundo. Os países que abrem para outras perspectivas estão sendo bem sucedidos nisso. Não estou pregando que saíamos por aí liberando o uso de drogas, estou propondo um debate. Nada impede que façamos uma propaganda massiva para deixarmos os jovens constangidos em relação ao uso de drogas. Só assim teremos uma sociedade justa e humanista”, afirmou.

No pronunciamento, Mandarin também reforçou a necessidade de uma “intolerância” com práticas criminosas como o racismo, feminicídio, de desrespeito à diversidade religiosa e sexual: “A sociedade brasileira é múltipla e precisa ser tratada com respeito”. E voltou a defender medidas de prevenção para o combate ao uso de drogas. “Nada impede que a gente faça uma grande publicidade contra o uso de drogas, como se fez com o cigarro. Eu sei que a PM já vem fazendo isso nas escolas. A polícia pode ser humana e eficiente”, ressaltou.

O governador Rui Costa

também defendeu que “cada um possa, com o que estiver dentro da lei, conter a violência contra mulher e proteger a vida humana”: “Que cada um de nós possa remar na direção contrária e pregar o valor verdadeiro do que significa família, fé em Deus, religiosidade, o que é amor ao próximo, fraternidade”. Também afirmou que o crescimento econômico só será possível de forma sustentável sem o ódio e a intolerância que têm “matado milhares de brasileiros”.

CRIME ORGANIZADO

Logo depois da fala de Mandarin, foi a vez do pronunciamento de Hédio Jorge, que tomou posse como subsecretário de Segurança Pública. Com 30 anos no funcionalismo público, ele construiu carreira dentro da instituição, começando como delegado plantonista, passando depois a delegado titular, coordenador, diretor de departamento, superintendente de inteligência e, então, delegado-geral da Polícia Civil, cargo que exerceu entre 2011 e 2015.

Hédio Jorge agradeceu pelo desafio recebido e defendeu a promoção dos direitos humanos, favorecendo a inclusão a partir do alinhamento das forças policiais e de outras organizações públicas e da sociedade civil. O combate ao feminicídio, ao crime orga-

“Violência, sozinha, não funciona, e a gente está vendo que não funciona em lugar nenhum do mundo. Os países que abrem para outras perspectivas estão sendo bem sucedidos nisso”
Ricardo Mandarin
secretário de Segurança Pública

“Como disse Conceição Evaristo, prefiro acreditar que a crueldade não é inata. Mas os feminicídios que aconteceram neste mês causaram perplexidade e mostraram a necessidade de travarmos uma guerra incessante”
Helôisa Brito
delegada-geral da Polícia Civil

nizado e ao tráfico de drogas também foram pontos de destaque em seu pronunciamento: “Vamos atuar de forma intensa contra os crimes contra a minoria, como o feminicídio, por exemplo. E nos voltaremos também para os jovens. Por fim, quero deixar bastante claro e registrado, e isso é ponto de honra, vamos atuar contra o crime organizado”.

A última a se pronunciar foi a nova delegada-geral da Polícia Civil, Heloisa Brito. Essa será a primeira vez na história que uma mulher assumirá esse cargo. Ao longo do pronunciamento, Heloisa citou escritores como Guimarães Rosa, Zélia Gattai, Conceição Evaristo e João Cabral de Melo Neto. “Como disse Conceição Evaristo, prefiro acreditar que a crueldade não é inata. Mas os feminicídios que aconteceram neste mês causaram perplexidade e mostraram a necessidade de travarmos uma guerra incessante”, disse, sobre a necessidade de combater crimes contra a mulher.

Ela também defendeu a importância de abrir espaço para a justiça reparativa, com defesa da vítima, com instalação de núcleos de combate aos crimes e fortalecimentos das investigações para aperfeiçoar as ações de defesa da sociedade. A empreitada, Heloisa concluiu, “requer diálogo e interlocução sempre franca e uma ação pautada pela ética”. A cerimônia foi encerrada com a assinatura dos termos de posse.

SECRETÁRIO EXONERADO

Maurício Barbosa e a chefe de gabinete da SSP, Gabriela Macedo, foram afastados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no dia 14 de dezembro depois que passaram a ser investigados por envolvimento com a Operação Farol, de flagrada em 2019 para investigar um esquema de venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA).

O Ministério Público Federal (MPF), que acusa Barbosa de se utilizar do poder que tinha na SSP para ameaçar aqueles que se opunham aos seus interesses, havia requerido ao STJ a prisão preventiva do ex-secretário, mas o pedido foi negado.

Ex-chefe de gabinete do então secretário, a delegada Gabriela Macedo está sendo investigada por vazar informações sobre operações sigilosas, avisando antecipadamente alvos sensíveis. O gabinete deles na SSP foi alvo de buscas e apreensões pela Polícia Federal.

Tribuna

Plano

A Assembleia Legislativa da Bahia aprovou, na manhã de ontem, o Projeto de Lei nº 23.994/2020, encaminhado pelo governador Rui Costa, que modifica itens do Plano Plurianual Participativo (PPA), aprovado em 22 de outubro de 2019. Em seguida, em nova sessão extraordinária, o plenário votou pela urgência do PL 24.042/2020. “Grande parte das mudanças foi para alinhar os Projetos Estratégicos à programação constante no Plano Plurianual, em busca de maior transparência e maior eficiência da ação pública. Outras alterações, de menor impacto, devem-se aos ajustes necessários ao desempenho das atividades de competência dos órgãos. Mais uma vez, a Casa Legislativa dá a sua contribuição para o desenvolvimento da Bahia”, explica o presidente da AL-BA, deputado estadual Nelson Leal.



Nelson Leal

Tribuna

As 'pedras no sapato' do governo Bolsonaro na economia em 2021

BBC

Desemprego recorde, inflação pressionada, dívida pública crescente, incerteza política para aprovação das reformas, aumento de casos da pandemia e isolamento internacional. Após um ano difícil como 2020, o brasileiro sonha com um 2021 melhor. Mas, na economia, são muitas as pedras no caminho para que o ano que vem seja mais fácil do que o atual.

A BBC News Brasil ouviu um time de especialistas — Daniel Duque (Ibre-FGV), Julia Passabom e Fernando Gonçalves (Itaú), Daniel Couri (IFI), Alessandra Ribeiro (Tendências Consultoria) e Christopher Garman (Eurasia) — para saber o que esperar do ano que se inicia.

Confira a seguir as seis "pedras no sapato" que o Brasil deve enfrentar na economia em 2021.

1. Desemprego recorde e fim do auxílio emergencial

A taxa de desemprego chegou a 14,6% no terceiro trimestre de 2020, a maior já registrada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na série histórica com início em 2012.

Ao fim de setembro, o país somava 14,1 milhões de desempregados. E a má notícia é que esses números tendem a continuar a crescer nos próximos meses.

2. Inflação em alta e subida da taxa de juros

Outro fator que deve jogar contra o consumo das famílias no início de 2021 é a inflação.

Embora a mediana do mercado aponte para um IPCA (Índice Nacional de



APÓS um ano difícil como 2020, o brasileiro sonha com um 2021 melhor

Preços ao Consumidor Amplo) fechando em alta de 4,39% este ano e desacelerando para 3,37% ao fim de 2021, segundo o boletim Focus do Banco Central de 21/12, a taxa acumulada em 12 meses deve ficar acima dos 5% durante boa parte do próximo ano, só perdendo força nos últimos meses.

3. Desequilíbrio das contas públicas

"O cenário fiscal já era desafiador antes da pandemia e ela colocou um desafio adicional, que é lidar com esses gastos, isso tudo tendo que ser compatibilizado com nossas regras fiscais. Esse será o desafio para 2021", diz Daniel Couri, diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente do Senado Federal).

4. Incerteza política para aprovação das reformas

Antes da pandemia, o

plano do governo para apresentar essa "estratégia crível" de reequilíbrio fiscal estava baseado na aprovação de uma série de reformas.

Entre elas, estavam a reforma administrativa (que reorganizaria o funcionalismo público); a reforma tributária; a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) Emergencial, com o acionamento de uma série de gatilhos que reduziram despesas para permitir a manutenção do teto de gastos; e a PEC do Pacto Federativo (que reorganizaria a arrecadação e os campos de atuação de União, Estados e municípios).

5. Aumento de casos e mortes na pandemia

Apesar de Bolsonaro andar dizendo que estamos em "um finzinho de pandemia" e que o Brasil está em situação de "quase normalidade", não é isso que mostram os números crescentes de casos

e mortes por covid-19.

Essa nova piora da pandemia, antes mesmo que houvesse uma melhora significativa, será mais um dos desafios para a economia em 2021.

6. Isolamento internacional

Não bastassem todos os problemas internos ao país, o governo brasileiro entra em 2021 com relações estremeçadas com Estados Unidos, China, Argentina e União Europeia. Os quatro destinos responderam juntos por 61% das exportações brasileiras em 2020.

"Certamente o maior ponto de atrito hoje, olhando as relações com Estados Unidos e Europa, se encontra na pauta ambiental", avalia Christopher Garman, diretor-executivo para as Américas do EurasiaGroup, principal consultoria de risco político do mundo.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/12/2020	Caderno: Notícias



Terça, 29 de Dezembro de 2020 - 00:00

Após oito anos cedido a Salvador, Guanabara retorna à Sefaz-BA

por Fernando Duarte



Atual titular da Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), Sérgio Guanabara vai ser reintegrado ao quadro funcional da **Secretaria Estadual da Fazenda, onde é concursado como auditor fiscal**. Apesar de ter sido sinalizada a hipótese de aproveitamento dele em uma nova função, Guanabara afirmou, em entrevista ao Bahia Notícias, que encerrou um ciclo de oito anos dedicados à administração soteropolitana.

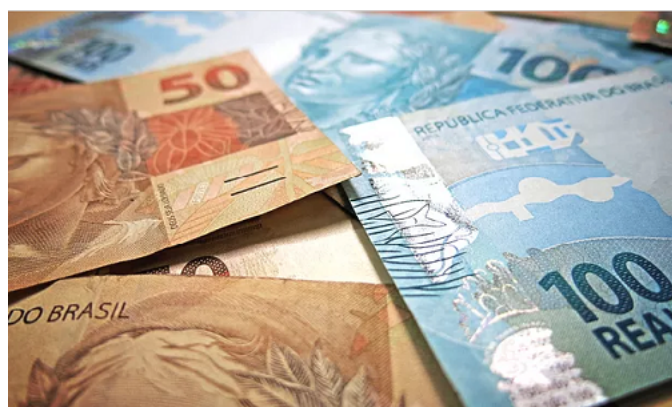
"Tinha um compromisso com o prefeito ACM Neto. Depois dos primeiros quatro anos, ele acabou reeleito para mais quatro e me chamou para continuar. Agora, passadas as duas gestões, acredito que tenha dado minha parcela de contribuição com a cidade", informou Guanabara. Segundo ele, os últimos anos, à frente da Sedur foram intensos e o próximo prefeito terá mais facilidade para tocar projetos. A própria pasta acabou dividida, o que diminuiu os "poderes" do próximo titular.

A última "realização" dele à frente da secretaria é a BIM SALVADOR, uma plataforma totalmente digital e inovadora, única no país, baseado no sistema BIM, voltada para o licenciamento de obras e construção. "O sistema, com tecnologia BIM (Modelagem da Informação da Construção), permite a criação de projetos em 3D e automatiza a análise dos parâmetros urbanísticos. Com isso, o responsável técnico consegue identificar possíveis pendências do projeto relacionados à legislação, tem a possibilidade de realizar os ajustes necessários e enviar para a Sedur já em conformidade com as exigências legais", explica Guanabara. O projeto é previsto para ser entregue nesta quarta-feira (30). "Saio com a sensação do dever cumprido", concluiu o futuro ex-secretário. *(Atualizada às 06h30)*

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/12/20	



BAHIA PODE SER BENEFICIADA COM AUTORIZAÇÃO DE R\$ 4,2 BILHÕES DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



admin 28 Dezembro, 2020

O Ministério das Comunicações autorizou a emissão de R\$ 4,2 bilhões para infraestrutura de telecomunicações, uma das propostas beneficia a Bahia. De acordo com o ministério, a iniciativa reduz taxas sobre o imposto de renda de empresas e pessoas físicas, o que deve captar mais de R\$ 4,2 bilhões em recursos para a implementação de redes de banda larga e expansão da rede móvel no país.

Na prática, a medida estimula o crescimento de um mercado privado de financiamento de longo prazo, com validade de cinco anos. No caso de empresas (pessoa jurídica), a taxa de Imposto de Renda cai de 22,5% para 15%. Para pessoas físicas as taxas são zeradas, ou seja, ficam isentas do Imposto de Renda sobre os resultados do investimento.

Propostas aprovadas

Entre as propostas aprovadas estão duas da Mob Telecom e três da Claro. Um dos planos Mob Telecom prevê a captação de R\$ 170 milhões em debêntures para financiar a ampliação das redes de telecomunicações e suporte à banda larga nos estados da Bahia, Amapá Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão.

Em outro projeto Mob Telecom, serão R\$ 40 milhões para financiar a ampliação das redes e suporte à banda larga no Ceará. Nos dois projetos, será usada a tecnologia GPON (sigla em inglês para Rede Ótica Passiva Gigabit). De acordo com o ministério, trata-se de uma rede ótica com alta capacidade de alcance, menor custo de material, menos gasto com manutenção e requer menos energia elétrica.

Também estão previstos investimentos de R\$ 2,2 milhões em debêntures incentivadas para expandir a rede móvel de dados da Claro em 24 estados brasileiros, em todas as regiões do país.

Para financiar o projeto de implementação da arquitetura de rede de transporte de dados mais eficiente, com novos conceitos de automação de rede, em 25 estados da federação e no Distrito Federal, a Claro poderá emitir R\$ 1,3 milhão.

A empresa também poderá captar recursos para financiar soluções GPON para suporte em segmentos residencial, pessoal e corporativo de clientes em 14 estados brasileiros nas cinco regiões do país. Nesse caso, o ministério autorizou a emissão de R\$ 433 milhões em debêntures.

Debêntures

O Ministério das Comunicações explica que as debêntures são uma forma de “emprestar” dinheiro a uma empresa. A principal diferença entre as debêntures comuns e as incentivadas está na redução ou mesmo a isenção no imposto de renda. Esta forma de investimento é vantajosa para o investidor, que paga menos imposto, e boa para o poder público, pois é uma maneira de incentivar o investimento privado em infraestrutura.

Foto: Flickr

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/12/20	



RECUPERAÇÃO ECONÔMICA EM 2021 DEPENDE DE ATUAÇÃO DO GOVERNO



admin 28 Dezembro, 2020

Crise mundial se intensificou em 2020 e as perspectivas para o próximo ano, embora mais otimistas, permanecem incertas. Os efeitos da pandemia da covid-19 no cenário econômico desestabilizou diversos setores em escala global, antecipando com intensidade a crise anunciada em 2019 e, conseqüentemente, promoveu uma retração econômica de grandes proporções. Para 2021, as previsões do mercado se mostram aparentemente equilibradas. O Boletim Focus, divulgado neste mês pelo Banco Central (BC), projeta 3,4% de inflação para o próximo ano, número abaixo da meta anual, enquanto o relatório indica crescimento econômico de 3,5%.

Mesmo em um panorama de possível reconciliação, a economista Pollyanna Gondin, doutora em Políticas Públicas e professora do Centro Universitário Internacional Uninter, não menospreza as conseqüências da pandemia nos índices econômicos que podem ser alcançados no próximo ano. “2021 ainda é muito incerto e de difícil previsibilidade, porque vai depender, em grande medida, dos rumos tomados pela pandemia e da atuação do governo em seu enfrentamento, tanto na garantia de aporte financeiro à população quanto à liberação da vacina”, opina.

Entre as implicações catalisadas pela pandemia em 2020, a economista enumera a alta taxa de desemprego, inflação acima da meta fiscal e o câmbio desvalorizado. Para ela, o que há de mais encorajador atualmente é a taxa de juros SELIC, operando em baixa a 2%. De acordo com

dados recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) compilados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Brasil perdeu espaço e despencou da 9º para 12º lugar no ranking das maiores economias do mundo. “Em meio à pandemia, as ações insuficientes do governo para estimular a produção interna do nosso país e reforçar a manutenção do emprego culminam em um cenário eminente de retração econômica”, diz Pollyanna.

Caso as projeções para 2021 se consolidem, há a probabilidade de termos um ano mais otimista e de reaquecimento dos indicadores econômicos. No entanto, Pollyanna é categórica e diz não enxergar garantias de recuperação se não houver atenção das autoridades para o básico. “Para esses apontamentos se consolidarem, o Brasil precisa de um plano de ação contra a pandemia e um plano eficiente de vacinação da população”, finaliza.

Veículo: Metro1	
Data: 28/12/20	



Petrobras eleva preço do diesel em 4% e da gasolina em 5% a partir desta terça-feira

Preço médio do combustível mais vendido do Brasil passará a ser de R\$ 2,02 por litro



Foto : Divulgação/Petrobras

Por **Geovana Oliveira** no dia 28 de Dezembro de 2020 · 16:30

A Petrobras informou hoje (28) que elevará o preço médio do diesel em 4% e o da gasolina em 5% a partir de amanhã (29), em meio a uma alta do petróleo nas últimas semanas e uma desvalorização do real frente ao dólar nos últimos dias.

Em duas semanas, esse é o segundo anúncio de alta no preço dos combustíveis. No dia 15 de dezembro, a estatal informou que o preço do diesel seria reajustado em 4%, e o da gasolina em 3% a partir do dia seguinte.

Com a alta de 4%, combustível mais vendido do Brasil passará a ser vendido por R\$ 2,02/litro. Já o preço médio da gasolina da Petrobras para as distribuidoras será de R\$ 1,84 por litro, acumulando no ano redução de 4,1%.

Veículo: Bocão News	
Data: 29/12/20	



Governo da Bahia retoma prazos de processos administrativos disciplinares e sancionatórios



29 de Dezembro de 2020 às 08:25 Por:

Fernando Vivas / GOVBA Por: João Brandão

O governador da Bahia, Rui Costa, revogou o decreto que suspendia os prazos de processos administrativos disciplinares e sancionatórios no estado, conforme publicação no Diário Oficial do Estado desta terça-feira (29).

Rui havia autorizado em abril deste ano a suspensão após recomendação da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE) para proteger todos os envolvidos na condução dos processos disciplinares contra servidores e sancionatórios contra empresas.

Na época, a justificativa do Executivo estadual para a suspensão dos prazos foi pela impossibilidade de praticar atos presenciais de apuração, pois as comissões precisam fazer audiências com testemunhas, acusados e advogados e, com a recomendação de distanciamento social, isso ficaria inviável.

Veículo: bahia.ba	
Data: 28/12/20	

bahia.ba

Publicado em 28/12/2020 às 16h22.

Petrobras alterou preços da gasolina 41 vezes e 32 vezes no diesel somente este ano

Último reajuste foi anunciado pela estatal nesta segunda-feira (28), com alta de 5% e 4%, respectivamente



Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

Durante este ano, a Petrobras modificou o preço da gasolina 41 vezes, uma média de quase 3,5 ajustes por mês. No diesel, houve 32 alterações, segundo levantamento divulgado pela Reuters Brasil.

A última mudança ocorreu nesta segunda-feira, com aumento tanto para gasolina (5%) como para o diesel (4%). Segundo a estatal, o preço médio da gasolina para as

distribuidoras passa a ser de R\$ 1,84 o litro, elevação de R\$ 0,09. No acumulado do ano, afirma a companhia, o preço tem redução de 4,1%. A petrolífera aumentou o preço do combustível 20 vezes, cortando o valor cobrado nas refinarias em outros 21 ocasiões.

No diesel, o preço médio para as distribuidoras será de R\$ 2,02 por litro, aumento de R\$ 0,08. Também há queda no acumulado de 2020, de 13,2%, calcula a Petrobras.

Neste produto, houve ao longo do ano 17 elevações e 15 reduções.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 29/12/20	



SERVIDORES DO ESTADO TEM ATÉ 33% DE DESCONTO



admin 29 Dezembro, 2020

O Clube de Desconto do Servidor, em parceria com a empresa Sonora Centro Auditivo, concede até 33% de abatimento para servidores estaduais, beneficiários do Planserv, funcionários do Ministério Público (MP), dos tribunais de Contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM). As ofertas são válidas até o dia 30 de janeiro de 2021, ou enquanto durarem os estoques. Dentre os descontos, ofertados sobre o valor de alguns produtos, estão a Pilha Oticon para aparelhos auditivos modelos 10, 13, 312 e 675, que passa de R\$ 18 para R\$ 12, a cartela com seis unidades. Outro produto com o valor reduzido é o desumidificador elétrico, que com o abatimento, passa de R\$ 480 para R\$ 390.

Para ter acesso aos descontos, o servidor precisa apresentar contracheque, documento de identidade ou crachá funcional no ato da aquisição dos produtos. Beneficiários do Planserv devem apresentar a carteira virtual. As compras podem ser realizadas na sede do Centro Auditivo, situada na Rua Recife, 20, Barra, observando todas as medidas de segurança adotadas para contenção da covid-19. O funcionalismo público conta ainda com a opção de atendimento à distância, através do Whatsapp: (71) 9.8108-9117, com entrega delivery, sendo que a taxa de entrega pode ser verificada antes de ser feito o pedido. A empresa Sonora Centro Auditivo é especializada em aparelhos auditivos, acessórios de conectividade, telefones amplificados, protetores auriculares e outros produtos. Mais informações: (71) 3264-8310 ou através do site da empresa (<https://www.sonoracentroauditivo.com.br/>).

Iniciativa da Secretaria da Administração (Saeb), o Clube de Desconto do Servidor tem o objetivo de conceder abatimentos especiais em produtos e serviços para mais de 270 mil beneficiários, em parceria com empresas credenciadas, divididas em mais de 26 segmentos diferentes. Para saber mais sobre o programa, acesse o Portal do Servidor (<http://www.portaldoservidor.ba.gov.br/>).

Fonte: Ascom/ Saeb

Estados reforçam cobrança sobre heranças e doações

Pelo menos 15 Estados, além do Distrito Federal, elevaram as alíquotas do ITCMD desde 2015

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

29/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

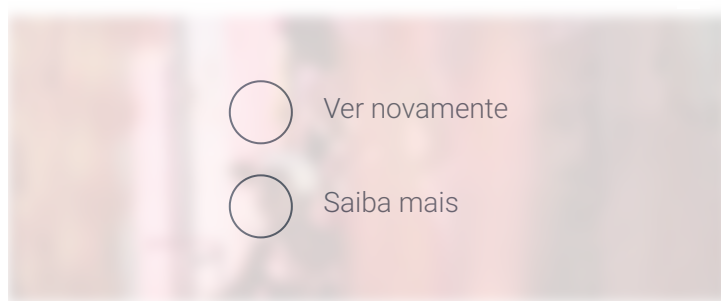
A tributação sobre heranças e doações, outro tema que costuma emergir quando se discute formas de elevar a arrecadação, também está em estudo pelo relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Atualmente a cargo dos Estados, a tributação sobre heranças e doações por meio do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) já vem sendo alvo de aumento de alíquotas e tentativa de ampliação de incidência nos últimos cinco anos.

Levantamento do escritório Mattos Filho mostra que desde 2015 pelo menos 15 Estados, além do Distrito Federal, elevaram as alíquotas do imposto. Em regra geral esses Estados cobram alíquotas progressivas que podem chegar a 8%, teto fixado por resolução do Senado, conforme estabeleceu a Constituição Federal. E em 2020 pelo menos dois Estados - São Paulo e Rio Grande do Sul - tomaram iniciativas para tentar ampliar alíquotas ou base de incidência para a cobrança do imposto. O governo paulista não conseguiu aprovar a medida e no Rio Grande do Sul a discussão ficou para 2021.

As iniciativas, diz o tributarista Alessandro Fonseca, sócio do Mattos Filho, mostram que se houver proposta no sentido de fortalecer a cobrança do ITCMD, ela certamente vai convergir com as medidas que vêm sendo adotadas pelos governos estaduais. Ao mesmo tempo, diz ele, controvérsias importantes ganharam corpo nos tribunais. Entre elas, discussões sobre a cobrança do imposto sobre planos de

previdência e doações e heranças no exterior, além de discussões sobre a definição do valor da base de cálculo do tributo.

PUBLICIDADE



Em relação à tributação sobre heranças, ressalta, o Brasil tem alíquotas médias inferiores a muitos países. Reino Unido e Estados Unidos, exemplifica, têm alíquota média de 40% enquanto na Alemanha e França, a tributação chega em média a 50% e 60%, respectivamente. O Chile tem imposto sobre herança com alíquota média de 25%.

Fonseca lembra que não é a primeira vez que se discute uma federalização do ITCMD. Ele também destaca que outras propostas no campo da tributação sobre grandes fortunas por meio do Imposto de Renda (IR) também já foram debatidas. Para ele, é importante que medidas nesse sentido sejam equilibradas e respeitem a capacidade contributiva.

No início de dezembro, a Argentina aprovou um imposto sobre grande fortunas em caráter extraordinário para fazer frente à pandemia. O novo tributo será aplicado a argentinos com patrimônio acima de US\$ 2,3 milhões, em uma alíquota progressiva que vai de 2% a 5,5%. Segundo projeções, o tributo atinge a parcela da população 1% mais rica do país e deve arrecadar o equivalente a 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Assim como a Argentina, outros países da região, como Chile, Peru e Bolívia, também debatem como taxar os mais ricos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

Governadores do NE querem estender estado de calamidade

Pedido é por prorrogação até pelo menos o fim do primeiro semestre

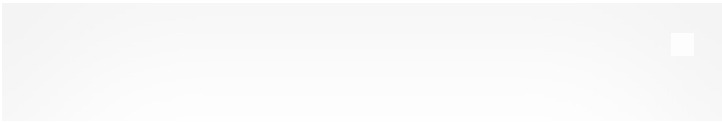
Por **Fabio Graner** — De Brasília

29/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os governadores da região Nordeste defendem a prorrogação do estado de calamidade pública para o Brasil pelo menos para o primeiro semestre de 2021. “Ninguém quer e ninguém deseja, mas a calamidade é uma realidade”, disse o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), que lidera o consórcio de governadores da região e que afirmou também se manifestar em nome do fórum de governadores de todo o país.

A prorrogação da calamidade permitiria, por exemplo, a continuidade do auxílio emergencial, sem as amarras impostas pelo teto de gastos e outras regras fiscais. A equipe econômica, porém, vinha demonstrando fortes resistências a essa ideia, porque entende que o país já gastou demais e deveria voltar à trilha da austeridade.

Ontem mesmo, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, voltou a falar que é preciso deixar os gastos maiores “circunscritos” a 2020 e minimizar despesas no ano que chega.



“Se olharmos o que justificou a aprovação pelo Congresso da calamidade em abril deste ano, temos hoje as mesmas características. Continua o problema grave da pandemia no mundo e no Brasil, com fortes efeitos sociais e econômicos. A aprovação da calamidade é uma urgência, uma emergência”, disse. “É importante para se ter instrumentos para lidar com esse momento, especialmente cuidar do social, com auxílio financeiro, da proteção dos empreendedores e as próprias medidas para o setor de saúde”, completou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Super Lupa Led - para todo tipo de tarefa que necessita de ampliar visão
SUPER LUPA

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais
RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.
CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Sete motivos para você ter uma Super Lupa por perto
SUPER LUPA

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador
MELAN-FREE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

mercado

Incertezas com fim de auxílio fomentam protestos contra restrições ao comércio

Prefeitos enfrentam maior resistência ao distanciamento; em Manaus e em Búzios, manifestantes reverteram medidas

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Nesta segunda (28), trabalhadores de Angra dos Reis, no litoral sul do Rio de Janeiro, bloquearam o acesso à cidade em protesto contra restrições ao turismo na cidade. A cerca de 300 quilômetros dali, em Juiz de Fora (MG), houve ato em frente à prefeitura contra o fechamento do comércio.

As mobilizações das duas cidades repetem movimentos já ocorridos em Búzios, também no litoral fluminense, e em Manaus, que conseguiram reverter a adoção de medidas restritivas à circulação de pessoas para tentar conter o repique de casos de Covid-19.

A maior resistência ao distanciamento social e ao fechamento dos estabelecimentos ocorre dias antes do encerramento dos programas do governo que socorreram empresas e trabalhadores, como o auxílio emergencial.

Na avaliação de especialistas, os sinais são que a falta de apoio de uma política pública, associada ao fechamento de lojas, bares e restaurantes, está fomentando o temor de que possa ocorrer uma piora no mercado de trabalho e na capacidade de compra do consumidor.

"Há uma incerteza muito grande em relação ao ano que vem, com o fim do auxílio e a piora dos casos de Covid, e isso pode estar ajudando a fomentar esses casos extremos nos últimos dias", avalia Rodolpho Tobler economista da FGV-Ibre.

"Sem socorro, muitas empresas não terão fôlego suficiente para fechar outra vez."

Em Angra, o ato reuniu proprietários e trabalhadores do comércio e do turismo. Eles protestaram contra decreto da prefeitura que proíbe turistas de apenas um dia e reduz o horário de funcionamento de bares e restaurantes até o dia 12 de janeiro.

Em Juiz de Fora, diante do aumento de casos, a prefeitura decidiu, na semana passada, regressar para a onda vermelha, que permite o funcionamento apenas do comércio essencial, entre sexta (25) e o dia 7 de janeiro.

Presidente da CDL (Câmara dos Diretores Lojistas) local, o empresário Marcos Casarin fala em "caos total" se as restrições forem mantidas. "Se o poder público não der o oxigênio para as empresas, teremos outro problema, que será a quebraadeira", diz ele.

Casarin afirma que o protesto foi organizado pelos próprios lojistas, sem participação da CDL. "Muitas empresas contrairam empréstimos para pagar salário, e, não tendo venda, será um caos total."

Nas duas cidades, como ocorre no restante do país, o número de casos vem crescendo nas últimas semanas.

Em Angra dos Reis, a taxa de utilização de leitos está hoje em 80%. Em Juiz de Fora, passa de 90%. Sem o distanciamento para reduzir o contágio, a tendência é de lotação e incapacidade da estrutura hospitalar para atender os casos mais graves.

Até esta segunda, as prefeituras de Angra e de Juiz de Fora permaneciam dispostas a manter as restrições, apesar dos protestos.

Em Búzios, no primeiro grande protesto deste fim de ano, empresários e trabalhadores conseguiram reverter decisão judicial do dia 17 que fechava a cidade para turistas no período de festas de fim de ano.

No Amazonas, o recuo veio apenas depois da segunda mo-

bilização em uma semana.

No domingo (27), o governo do estado anunciou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com representantes do comércio e dos serviços para reverter o fechamento de estabelecimentos não essenciais até o dia 11 de

janeiro, conforme anunciado na terça-feira (23).

O governo do Amazonas defendia que o fechamento era necessário diante do aumento da taxa de ocupação dos leitos de UTI no estado, que chegou a 85%. Ao anunciar o recuo, o governador Wilson Li-

ma (PSC) disse que os setores beneficiados se comprometeram a ajudar na conscientização dos clientes.

"As preocupações do governador são pertinentes, são realmente preocupantes, e a gente está com a nossa responsabilidade de atender à

população, mas também de proteger a vida em todos esses momentos", disse, em nota, o presidente da Fecomércio do Amazonas, Anderson Frota.

Além das incertezas geradas pelo fim dos auxílios, Tobler vê falhas na atuação dos governos locais, que poderi-

am ajudar a conter o repique com maior fiscalização sobre os serviços.

"Uma fiscalização maior, ajudando a combater aglomerações e o espalhamento do vírus, deixaria as pessoas um pouco mais seguras", afirma.

Continua na pág. A12

Combustíveis aumentam
Gasolina sobe 5%, e diesel, 4%



Quem **futuro**, conta com
acredita no **BRDE**.

Inovação Integrar Solucionar Restabelecer
Criar Desenvolvimento Fortalecer
BRDE Recuperação Acreditar
Retomada Sustentabilidade
esperança
Comprometimento Resolução Confiança Multiplicar Direcional
Oportunidades

Em 2020, o BRDE contratou
R\$ 3,1 bilhões em crédito,*
33% acima de 2019.

Boa parte desses recursos
ajudaram empresas afetadas
pela pandemia a manter
empregos e negócios funcionando.

Foram mais de 4.200
contratações em um ano,
números que fazem do **BRDE o 16º**
banco do país em tamanho de carteira.

Mais de **33 mil clientes** em
91,4% dos municípios da região Sul.

Mais de **80%** dos projetos
financiados são aderentes aos
Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável (ODS).

R\$ 2,3 bilhões
foram investidos em projetos de
Produção e Consumo Sustentáveis
nos últimos cinco anos.

Afinal, verde não é só a cor da esperança. É do BRDE também.

*Dados até 17/12/20

www.brde.com.br

BRDE
BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DO EXTREMO SUL



mercado

PAINEL S.A.

Paula Soprana (interina)
painsa@grupofolha.com.br

Novas métricas

O Ministério da Justiça vai editar em janeiro uma portaria para regulamentar a publicidade infantil em plataformas como YouTube e Facebook. Neste mês, um grupo com especialistas, associações do setor e o Conar, conselho de autorregulamentação publicitária, lançou um guia com regras para influenciadores digitais. O documento foi considerado um ponto de partida, mas técnicos do governo já ensaiam aumentar a responsabilização de gigantes da internet em 2021.

SEGUIDOR A Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) trabalha com uma consultoria ligada à ONU para analisar a regulação de publicidade infantil em outros países. Sua proposta pode se inspirar em elementos de modelos debatidos na Europa, que preveem mais transparência sobre a operação das plataformas.

CLIQUE "Avaliamos com bons olhos o movimento do Conar, mas são mecanismos insuficientes para engajar empresas, quando muito dos conteúdos são exibidos a uma população infantil, que não tem discernimento", diz Juliana Domingues, secretária do Consumidor. Entre organizações envolvidas, não há consenso sobre como conduzir o tema.

COMPRIE BATOM Entre as regras do Conar está a necessidade de comunicação explícita sobre um conteúdo pago, por exemplo, em especial se o público-alvo do influenciador for crianças e adolescentes. Novas políticas públicas para o comércio eletrônico também estão entre os alvos da pasta em 2021.

OUTROLADO Em nota, o Google diz que o YouTube é uma plataforma aberta e destinada a adultos e que o uso por menores de 13 anos deve ser feito pelo YouTube Kids e com a supervisão dos responsáveis. "Anúncios, marcas e criadores devem seguir nossas diretrizes e estar em conformidade com as leis locais." O Facebook não comentou.

CHAT O Mercado Livre tem conversado com órgãos estaduais para fomentar a abertura de empresas por meio de seu site. A estratégia é formalizar a base de vendedores do e-commerce da companhia, que explodiu na pandemia.

LIVRE A empresa tem menos barreiras de entrada a pessoas físicas e jurídicas do que suas concorrentes. Segundo Ricardo da Lagrea, diretor jurídico da empresa, o "mundo ideal" seria conectar o Mercado Livre a juntas comerciais.

ENTREGA Em 2020, mais de 40 mil pessoas físicas migraram para um CNPJ para obter benefícios da empresa, como logística própria.

com Arthur Cagliari

VITRINE CHEIA Confirmando algumas projeções negativas para o setor, lojistas de vestuário e calçados registraram queda de até 28% nas vendas de Natal, mostra levantamento da Ablos (Associação Brasileira dos Lojistas Satélites). A expectativa é de recuo no faturamento mensal, considerando resultados até o dia 24.

EM CASA Os únicos comerciantes associados que registraram alta nas vendas foram de joalheria e de artigos para o lar. Em dezembro, a venda no varejo costuma representar 20% do faturamento anual.

CARRETA Apesar da expectativa fraca de resultados para alguns setores no Natal, o frete entre fornecedoras e empresas cresceu para itens mais caros, como móveis e eletroeletrônicos, segundo a CargoX, empresa logística que conecta transportadores e motoristas.

CARRERADA Na relação entre novembro de 2019 e de 2020, o número de pedidos de fretes para móveis cresceu 73%, enquanto o de eletroeletrônicos subiu 110%, segundo a plataforma. O penúltimo mês é o período de pedidos das lojas para abastecer o estoque para as compras de fim de ano.

VOO BAIXO O repique de coronávirus na Europa já se reflete em queda para a Ryanair, cuja principal base é no Reino Unido. A companhia de baixo custo chegou a transportar 7 milhões de passageiros em agosto. Em novembro, 2 milhões viajaram com a empresa, segundo dados da irlandesa.

CONTA De abril a setembro, a companhia amargou prejuízo de € 197 milhões (R\$ 1,26 bilhão), enquanto no mesmo período do ano passado lucrrou € 1,15 bilhões (R\$ 7,36 bilhões).

CADEIRA O economista Felipe Salto é cotado para assumir a Secretaria de Finanças de Macéió (AL). Ele está à frente da Instituição Fiscal Independente do Senado desde 2016.

Incertezas com fim de auxílio fomentam protestos contra restrições ao comércio

Continuação da pág. A11

Ainda assim, o presidente da Ecomércio do Amazonas acredita que uma sinalização de segurança do governo federal poderia melhorar a confiança do empresário em relação ao futuro.

"A primeira ação que o governo poderia tomar como política pública é acabar com a incerteza, divulgar um calendário de vacinação", afirma Anderson Frota.

"Mas o governo tem que realmente começar a pensar que, se a piora dos casos for levar a um momento de fechamento de estabelecimentos, talvez seja o caso de estender os auxílios", acrescenta, ressaltando que a situação fiscal é um empecilho à decisão por eventuais novos benefícios.

O governo paga neste mês a quarta e última parcela do auxílio emergencial de R\$ 300. Inicialmente, foram cinco pagamentos de R\$ 600.

Resistente desde o início a medidas de distanciamento social, porém, a base de apoio do governo do presidente Jair Bolsonaro vem celebrando em redes sociais os protestos contra o aumento das restrições.

*Primeiro Búzios e agora



Manaus. Todo poder emana do povo", comentou, em rede social, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

A retomada da economia após o período mais duro da pandemia levou o comércio a bater recordes de vendas, mas a situação é desigual entre os segmentos, com melhor desempenho daqueles ligados a

Trabalhadores de Angra dos Reis (RJ) bloqueiam acesso à cidade em protesto contra restrições ao turismo
Maria Mariana/TV Rio Sul

bens essenciais ou produtos do lar, enquanto roupas, calçados e eletrônicos ainda não recuperaram as perdas.

O nível de emprego no setor permaneceu 13,5% menor do que no mesmo período de 2019, em um indicativo de que as lojas ainda não conseguiriam repor os demitidos no pior momento da crise.

Câmara dos EUA eleva auxílio emergencial para o equivalente a R\$ 10,5 mil

Deputados aprovam aumento de US\$ 600 para US\$ 2.000 após pressão de Trump, que sancionou pacote no domingo; medida vai ao Senado

WASHINGTON | THE NEW YORK TIMES A Câmara dos Deputados dos EUA aprovou na noite desta segunda (28) um aumento no valor do auxílio emergencial, de US\$ 600 (R\$ 3.150) para US\$ 2.000 (R\$ 10.500).

A votação, que apenas alcançou a maioria de dois terços necessária para passar na Câmara, veio um dia depois de Trump finalmente assinar um pacote de auxílio de US\$ 900 bilhões que ele inicialmente denunciou como uma "desgraça" e se recusou a sancionar, exigindo inesperadamente que os legisladores mais que triplicassem os pagamentos diretos aos cidadãos de baixa renda.

"O presidente dos EUA apresentou isso como algo que ele quer ver e parte de ele ter assinado a lei ontem [domingo, 27]", disse a presidente da Câmara, Nancy Pelosi. "Espero que essa opinião seja compartilhada pelos republicanos do Senado."

A legislação, aprovada por 275 votos a favor e 134 contra, teve o apoio de 44 deputados dos republicanos. A medida foi para o Senado.

Ao assinar a lei de auxílio no domingo à noite, Trump declarou em um comunicado que o Senado "iniciaria o processo de votação" sobre a legislação que aumentaria os pagamentos diretos e prometeu que "virá muito mais dinheiro".

Mas não está claro se o Senado vai apoiar tal medida. Os senadores republicanos resistiram a aumentar os pagamentos, citando preocupações sobre o déficit orçamentário federal, e o senador Mitch McConnell, do Kentucky, líder da maioria, em um comunicado no domingo, não fez menção aos pagamentos de US\$ 2.000 ou a nenhuma das afirmações do presidente sobre os próximos passos da Casa, que ele controla.

A sanção do pacote evitou que o governo dos EUA entrasse em uma paralisação parcial a partir desta terça-fei-

ra (29). Isso porque, além dos US\$ 900 bilhões, estava incluído na medida US\$ 1,4 trilhão para gastos regulares da administração pública.

Tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves
Leia mais na pág. A10

Dólar bate R\$ 5,31, e BC intervém com US\$ 530 milhões

Julia Moura

O Banco Central leiloou US\$ 530 milhões à vista para tentar conter a valorização do dólar nesta segunda-feira (28), que chegou a subir 2,05%, para R\$ 5,31. Foi o primeiro leilão do tipo desde 30 de outubro. Após a intervenção, a moeda perdeu força e fechou em alta de 0,75%, a R\$ 5,2390, segundo dados da CMA, maior valor desde o dia 2.

Segundo analistas, a valorização é típica de fim de ano, quando ocorre o encerramento de posições e remessas ao exterior de empresas e bancos. Também contribuiu o chamado overhedge, a proteção cambial adicional adotada por bancos que precisa ser desfeita na virada do ano e implica compra de dólares.

"Vimos no começo da tarde um grande aumento na demanda por remessa ao exterior, especialmente de empresas, que estão fechando operações para acertar balanço de 2020", diz Paulo Henrique Duarte, economista da corretora Valor Investimentos. "Falamos com tesourarias dos bancos, e tudo indica que o movimento deve seguir ao longo desta semana."

Para fechar as contas no ano, multinacionais enviam valores às sedes fora do país, em dólares, o que eleva a procura pela moeda americana. Na sessão, o real foi a moeda que mais se desvalorizou.

CANCELAR DESCANSO, GUEDES TIRA DUAS SEMANAS DE FÉRIAS Paulo Guedes (Economia) decidiu novamente sair para um período de descanso, que terá duração de duas semanas. A autorização concedida por Jair Bolsonaro foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda (28). As férias do ministro serão iniciadas imediatamente, com encerramento em 8 de janeiro. No início do mês, o Diário Oficial informou que Guedes sairia de férias a partir de 18 de dezembro. No dia 19, a decisão foi revogada. Para justificar o período de descanso, o ministro disse a interlocutores que não tirou nenhum dia de férias desde a eleição de Bolsonaro, em outubro de 2018. O ministro, de 71 anos, argumentou que trabalha de domingo a domingo com jornadas que superam 12 horas por dia.

O ajuste do overhedge ao fim do mês deve gerar uma compra bilionária de dólares por bancos na virada do ano. As instituições financeiras com filiais no exterior gastarão cerca de US\$ 30 bilhões para quitar contratos de proteção cambial até 2022. Há a expectativa de que o BC absorva parte da demanda, com oferta de US\$ 9,62 bilhões em dinheiro novo via swaps.

Além disso, como há menos liquidez no mercado pelo fim de ano, a demanda das empresas no pregão desta segunda teve um efeito potencializado na oscilação do câmbio.

Nos mercados internacionais, o dia foi de alívio depois que novas medidas de auxílio econômico foram aprovadas nos Estados Unidos.

O presidente americano Donald Trump sancionou no domingo (27) um pacote de ajuda pela pandemia e de gastos no valor total de US\$ 2,3 trilhões, restaurando o auxílio-desemprego a milhões de cidadãos e evitando a paralisação do governo federal.

Outro fator positivo é o acordado comercial pós-bretxit entre o Reino Unido e a União Europeia.

Acompanhando Wall Street, a Bolsa brasileira se aproximou dos 120 mil pontos, pata-mar que faria frente ao recorde de 119,5 mil pontos de janeiro.

O Ibovespa fechou em alta de 1,11%, a 119.123,70 pontos, maior valor desde que bateu o recorde, em 22 de janeiro.

"A sanção por Trump do alívio à Covid-19 e do projeto de lei de gastos do governo tirou a incerteza do caminho e o mercado agora está no piloto automático — indo mais alto o caminho do novo ano", disse Sam Stovall, estrategista-chefe de investimentos da CFRA Research.

Em Wall Street, os principais índices renovaram recordes com a aprovação do pacote. O S&P 500 subiu 0,87%, o Dow Jones, 0,68%, e a Nasdaq, 0,74%. Com Reuters

INDICADORES

JURÓS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência dezembro*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	R\$	20%	R\$
	R\$ 1.045,01	R\$ 209,00		
	R\$ 6.101,06	R\$ 1.220,21		

MEI (Microempreendedor)	Valor mín.	R\$	5%	R\$
	R\$ 1.045,01	R\$ 52,25		

Assalariado	Aliquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

* O prazo da competência de dezembro vence em 31/12, para empresas; para pessoas físicas, vence em 15/01.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Aliquota, em %	Isento	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98			
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5		142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15		354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5		636,13
Acima de 4.664,68	27,5		869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Aliquota	Mínimo	Máximo
	em R\$	em R\$
Empregado	De 7,5%	97,04
	a 14%	713,09
Empregador	20%	250,50
		1.220,21

* O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7/01. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário.



Decolagem de um dos quatro aviões que o Mercado Livre contratou para entregas; na pandemia, empresa lançou cinco novos centros logísticos

mercado

Faturamento com venda online no Natal cresce 44,6%, afirma Nielsen

Sheyla Santos

BRASÍLIA O faturamento das vendas online entre o 24 de dezembro — período que compreende as vendas relacionadas ao Natal — foi de R\$ 3,8 bilhões, alta de 44,6% ante o mesmo período do ano passado, segundo a Ebit/Nielsen.

O valor supera a projeção da própria Nielsen, que estimava alta de 30% no faturamento de compras online neste ano. No ambiente digital, o avanço no Natal superou o registrado na Black Friday, que teve crescimento de 26,4%, o melhor desempenho desde 2014.

No Natal da pandemia, o valor médio de compras online foi de R\$ 462, ante R\$ 408 em 2019. O número de pedidos também cresceu — 8,1 milhões, ante 6,4 milhões no ano passado.

“Muitos consumidores entraram em 2020 [no ambiente de compras online] em razão da pandemia e do confinamento. Vemos que eles realmente se adaptaram e estão para ficar”, afirma Keine Monteiro, executiva da área de inteligência de Ebit/Nielsen.

A Nielsen projeta para o e-commerce um faturamento de R\$ 110 bilhões em 2021, crescimento de 26%, além de alta de 16% no número de pedidos e de 9% no valor médio das vendas.

A empresa acredita que o bom desempenho do setor também possa ser atribuído à maturidade da logística, o que agiliza as entregas, bem como à consolidação de e-commerces locais e ao fortalecimento dos marketplaces.

Receita sobe 122%, e e-commerce investe em infraestrutura

Companhias como Mercado Livre, Amazon e B2W inauguram grandes centros de distribuição na pandemia

Paula Soprana

SÃO PAULO Nem em suas previsões mais otimistas as empresas que trabalham com vendas digitais conseguiram acertar o desfecho de 2020. O faturamento do comércio online no Brasil mais que dobrou.

O crescimento foi de 122% no acumulado do ano até novembro, na comparação com o mesmo período de 2019, mostra indicador de e-commerce da Câmara Brasileira da Economia Digital e da empresa Neotrust, obtido com exclusividade pela Folha.

Foram movimentados R\$ 115,3 bilhões no período, impulsionados pelas gigantes de e-commerce, que tiveram um ano marcado por investimento em infraestrutura. Segundo a Neotrust, elas responderam por 86% do mercado no terceiro trimestre. O comércio digital representa 8,6% do varejo, segundo o dado mais recente, de outubro.

O setor já estava aquecido antes de a Covid impor restrições sociais e ampliar o comércio digital. Com o novo cenário, que incentiva os negócios online, companhias como Mercado Livre, B2W, Magazine Luiza, Amazon e Via Varejo intensificaram processos de automação e expandiram área de armazenagem, inaugurando ou investindo em centros de distribuição e logística durante a pandemia.

A expectativa de empresas e especialistas do setor é que o desempenho do comércio digital se mantenha acima de níveis pré-pandemia a médio e longo prazo.

“O desempenho das grandes está relacionado, também, ao das pequenas, já que muitas empresas menores utilizaram a estrutura digital das grandes varejistas”, diz Kelly Carvalho, economista da FecomercioSP.

Empresas tradicionais do varejo, como Magazine Luiza, abriram suas plataformas online a pequenos comerciantes.

“A tendência é que o crescimento fique acima do nível pré-crise, pois a pandemia fez o setor avançar com muito mais força do que antes, e o ingresso de novos consumidores deve manter trajetória de alta”, diz a economista.

A performance de algumas empresas sinaliza bem essa tendência. Na Via Varejo, dona de Casas Bahia e Pontoifó, o marketplace e o canal online venderam R\$ 4,1 bilhões entre julho e setembro, quando as medidas de distanciamento

social já eram mais brandas. Trata-se de um crescimento de 219% em relação ao mesmo trimestre de 2019. A plataforma Me Chama no Zap representou 16% das vendas online no terceiro trimestre.

No Magazine Luiza, que investiu em uma série de startups na pandemia e adaptou a função de suas lojas físicas, o crescimento ano a ano das vendas digitais foi de 148%, fechando o trimestre de setembro a R\$ 8,2 bilhões. O setor responde por dois terços das vendas da empresa, de acordo com o balanço mais recente.

Segundo a Neotrust, que monitora dados de grandes varejistas (não inclui Mercado Livre e OLX), o terceiro trimestre de 2020 teve 5,8 milhões de novos consumidores, que fizeram sua primeira compra pela internet. No mesmo período de 2019, foram 4,4 milhões.

O consumo de eletrônicos, produtos mais caros e com alta demanda devido ao trabalho remoto, foi um dos principais responsáveis pelos ganhos no ano. No entanto, afirma Fernando Yunes, vice-presidente sênior do Mercado Livre, o setor foi beneficiado por uma mudança generalizada nos hábitos de consumo.

Destacam-se a entrada de novas lojas nos shoppings virtuais, a diversificação de produtos nos carrinhos de compras, que cresceu no período, e o ingresso de novos consumidores no comércio online, bem como o fato de clientes antigos adotarem novos hábitos, intensificando as compras digitais.

“São 8,9 milhões de pessoas que passaram a consumir, e os que já compravam passaram a comprar mais vezes, aumentou muito a frequência de compra”, diz Yunes. O investimento da empresa foi de cerca de R\$ 4 bilhões em 2020.

Na pandemia, o Mercado Livre lançou cinco novos centros logísticos, quatro no Sudeste e um no Sul, para início de operação entre o fim de 2020 e o início de 2021, e contratou uma frota com quatro

aviões para entrega. Os armazéns foram implementados para diminuir o tempo de frete, um dos critérios que definem a posição de um negócio na competição entre as grandes. A empresa tem a meta de dois dias úteis a entregas a todo país.

A Amazon, que em 2019 lançou seu primeiro grande centro de distribuição no Brasil, em Cajamar (SP), tem hoje oito armazéns do tipo em cinco estados, quatro inaugurados na pandemia.

A companhia não especifica quantas lojas entraram em seu marketplace, mas diz que as categorias de itens oferecidos passaram de 16 para 30, e o número de produtos disponíveis subiu de 20 milhões para 30 milhões de um ano a outro.

Assim como em outras empresas de e-commerce, o aumento na busca de itens de supermercado e farmácia fez diferença na cesta.

“Observamos crescimento geral da demanda em diversas categorias de produtos, como itens de primeira necessidade que têm uma demanda mais alta durante a pandemia. São alimentos, produtos de higiene e limpeza da casa, por exemplo”, diz Juliana Sztrajtmann, líder de Marketing e Prime da Amazon no Brasil.

Já a B2w, que reúne Amazon, Shoptime e Submarino, passou a contar com quase 80 mil vendedores em sua base no terceiro trimestre, ante 37,8 mil no mesmo período de 2019. Dos 20,8 milhões de clientes ativos, quase 6 milhões entram no sistema nos últimos 12 meses.

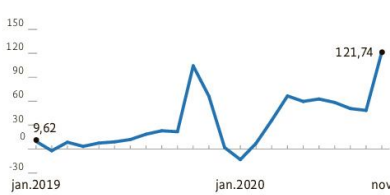
Em 2020, a companhia inaugurou cinco centros de distribuição, em Belém, Salvador e Fortaleza, Brasília e Vitória, antecipando o número de armazéns que estava previsto para 2022.

“Investiremos R\$ 5 bilhões nos próximos dois anos em um pacote de estratégias implantado nos últimos anos, impulsionado agora pela pandemia ao longo de 2022”, diz Jean Lessa, diretor de Tecnologia e Marketplace da B2W Digital.

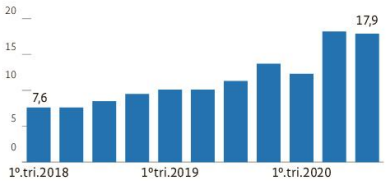
O maior crescimento no faturamento online, de acordo com índice da Câmara Brasileira da Economia Digital, foi na região Nordeste, com 160%, seguida de Norte (127,8%), Sul (122,36%), Centro-Oeste (120,37%) e Sudeste (123,25%). Em São Paulo, a FecomercioSP estima que o setor tenha crescimento real em 2020, aumento de R\$ 7 bilhões nas receitas.

Vendas online mais que dobram na pandemia, impulsionadas por grandes varejistas

Variação do indicador MCC-ENET no acumulado do ano até novembro, em %



Penetração de consumidores online na população de internautas do Brasil, em %



Fontes: Câmara Brasileira da Economia Digital (camara-e-net) e Neotrust

Multilog Brasil S.A. Relatório de Administração - Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2019 e 2018. (Em milhares de reais)

mercado

Artigo é terceiro de série com ex-ministros da Fazenda da década

SÃO PAULO Nelson Henrique Barbosa Filho foi o terceiro e último ministro da Fazenda no governo Dilma. Assumiu o cargo em dezembro de 2015. Deixaria o posto em maio de 2016, quando a presidente foi afastada após a abertura do processo de impeachment.

Nascido no Rio de Janeiro em 1969, formou-se em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1992. Concluiu o mestrado na mesma universidade em 1995 e o doutorado na New School of Social Research, em Nova York, em 2001.

No governo federal, passou por Banco Central (1994 a 1997), Ministério do Planejamento (2003), BNDES (2005-2006) e Ministério da Fazenda (2006-2012).

Em sua primeira declaração como ministro da Fazenda, afirmou que a política fiscal e econômica como um todo continuavam na direção de buscar o equilíbrio fiscal, o controle da dívida pública e elevar o resultado primário da União.

No posto, defendeu a volta da CPMF, apontou a necessidade de reformas com efeitos no longo prazo, como a previdenciária, e tentou implementar medidas para reaquecer a economia. Porém encontrou ambiente político turbulento. Reconheceu a dificuldade de dizer que estava na hora de a política ajudar na recuperação da economia.

Desde maio de 2017, Barbosa é colunista da Folha, onde escreve às sextas-feiras no caderno Mercado.

A década do descontentamento

Do lado positivo, a demonização da política parece ter arrefecido e, talvez, seja possível elaborar novo consenso para evitar mais uma década perdida



Ilustração Luciano Veronzi

COMUNICADO PÚBLICO
 A CLARO S.A. comunica aos seus clientes do Serviço Telefônico Consultivo - STFC, na modalidade Local, que falhas em equipamentos impediram a prestação regular do serviço a alguns de seus usuários da localidade de Serrana - SP no dia 29/12/2020, a partir das 09h00 (horário de Brasília). A CLARO S.A. adota imediatamente todas as providências necessárias para a regularização do serviço, normalizando-o integralmente às 19h45 (horário de Brasília).

Arteris S.A.
 CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67 - NIRE nº 35.300.322.748 - Companhia Aberta.
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de novembro de 2020
1. Data, Hora e Local: Aos dez dias do mês de novembro de 2020, às 17:00 horas, na sede da Arteris S.A. ("Companhia") situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Via Nova Condição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **2. Convocação e Presença:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia foram devidamente convocados na forma do § 1º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, estando presentes em sua totalidade, por intermédio de conferência telefônica, conforme autorizo nos termos do § 4º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Juan Gabriel Lopez Moreno; Secretária: Sra. Flávia Lucia Martelli Tamega. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Apreciar, nos termos do Artigo 16, alínea (v) do Estatuto Social da Companhia, (i) a prestação de fiança, pela Companhia, em favor da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Ternária"), no instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Urbano para Fins Não Residenciais e Outras Avenças ("Contrato de Locação"), tendo por objeto o imóvel, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos contados da Data de Início da Locação (conforme definida no Contrato de Locação), e mediante o pagamento de Aluguel previsto na Cláusula 4.1 do Contrato de Locação, locação esta sujeita aos termos do artigo 54-A da Lei nº 8.245/1991, assumindo solidariamente com a Interventora a responsabilidade por todas as obrigações assumidas no Contrato de Locação; (ii) a autorização para a Companhia praticar, por meio de seus diretores e/ou representantes, todos os atos necessários e tomar todas e quaisquer providências necessárias à realização e efetivação da operação, bem como a assinatura de todos e quaisquer documentos necessários para dar cumprimento às deliberações ora tomadas; e (iii) a ratificação de todos os atos já praticados com relação às deliberações anteriores. **5. Deliberações:** Por unanimidade, os Conselheiros deliberaram: **5.1.** Apreciar a prestação de fiança pela Companhia, assumindo solidariamente com a Interventora a responsabilidade por todas as obrigações assumidas no Contrato de Locação, conforme descrito no item 4.1. **5.2.** Apreciar a celebração do Contrato de Locação, na condição de fiadora, tendo por objeto o imóvel, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos contados da Data de Início da Locação (conforme definida no Contrato de Locação), e mediante o pagamento de Aluguel previsto na Cláusula 4.1 do Contrato de Locação, locação esta sujeita aos termos do artigo 54-A da Lei nº 8.245/1991. **5.3.** Autorizar a Companhia a praticar, por meio de seus diretores e/ou representantes, todos os atos necessários e tomar todas e quaisquer providências necessárias à realização e efetivação da operação, bem como a assinatura de todos e quaisquer documentos necessários para dar cumprimento às deliberações ora tomadas; **5.4.** Ratificar todos os atos já praticados com relação às deliberações acima; e **5.5.** Apreciar a lavatura desta ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavada a presente ata, que foi lida e achada conforme foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes: Mesa: Juan Gabriel Lopez Moreno e Flávia Lucia Martelli Tamega; Conselheiros Humberto Ramos de Freitas, Marcos Pires Almeida, Fernando Martinez Caro, Henrique Caralvide Martins, Mari Carbonell Mascolo, Francisco José Alvaro Navarro, Jorge Fernandez Montoli, Sebastian Jose Moraes Menes e Andre Dorf São Paulo, 10 de novembro de 2020. **Conferido com o original lavada em livro próprio:** Juan Gabriel Lopez Moreno - Presidente da Mesa; Flávia Lucia Martelli Tamega - Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo: Cível - registro sob o nº 531.489/20/e em 11/12/2020. Giulia Simiema Caschiri - Secretária Geral.

Confederação Brasileira de Ginástica
CIRCULAR PRESIDENDES
 CP N° 01/18/2020 - DATA: 23/12/2020
 ASSUNTO: Assembleia Geral Eletiva - Conselho Fiscal - 2021 Edital de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ELETTIVA - PRESIDENCIA CBG 2021
 A Presidente da Confederação Brasileira de Ginástica - CBG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias (arts. 21 e 24 do Estatuto da Entidade), vem por meio deste:

I - CONVOCAR as Federações filiadas, os membros da Comissão de Atletas e os representantes das entidades de prática desportiva, que estão em pleno gozo dos seus direitos, para a Assembleia Geral Eletiva, em conformidade com o artigo 20, parágrafo 1º, inciso I, do Estatuto Social da Entidade, em segunda convocação, no **Quality Hotel Arcajau**, Salão de Conferências Citadinho, situado à Avenida Doutor Covatta, N° 102 - Bairro Citadão (Mogi Mogi/SP), com o seguinte ordem do dia:

1 - Eleição para Presidente e Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Ginástica pelo o Quadro da 2021/2024;

2 - Fins do edital;

II - INFORMAR os componentes da Assembleia com direito a voto:

FEDERAÇÕES FILIADAS (sexo 06)

1. FEDERAÇÃO ALAGOANA DE GINÁSTICA
2. FEDERAÇÃO AMAZONENSE DE GINÁSTICA
3. FEDERAÇÃO BAHIANA DE GINÁSTICA
4. FEDERAÇÃO BRASILENSE DE GINÁSTICA
5. FEDERAÇÃO CEARENSE DAS GINÁSTICAS
6. FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DE SANTA CATARINA
7. FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DO PIAUI
8. FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
9. FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DO MATO GROSSO DO SUL
10. FEDERAÇÃO DO ESPÍRITO SANTENSE DE GINÁSTICA
11. FEDERAÇÃO GOIANA DE GINÁSTICA
12. FEDERAÇÃO MARANHENSE DE GINÁSTICA
13. FEDERAÇÃO MINEIRA DE GINÁSTICA
14. FEDERAÇÃO NOROESTE-RIO GRANDENSE DE GINÁSTICA
15. FEDERAÇÃO PARANENSE DE GINÁSTICA
16. FEDERAÇÃO PARANAENSE DE GINÁSTICA
17. FEDERAÇÃO PARANAENSE DE GINÁSTICA
18. FEDERAÇÃO PAULISTA DE GINÁSTICA
19. FEDERAÇÃO PERNAMBUCANA DE GINÁSTICA
20. FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA ARTÍSTICA, RÍTMICA, TRAMPOLIM, AERÓBICA E ACRÓBATICA DO RIO GRANDE DO SUL
21. FEDERAÇÃO RONDINENSE DE GINÁSTICA
22. FEDERAÇÃO RORAIMENSE DE GINÁSTICA
23. FEDERAÇÃO SERGIPIENSE DE GINÁSTICA
24. FEDERAÇÃO TOCANTINENSE DE GINÁSTICA

COMISSÃO DE ATLETAS (sexo 06):

1. NATÁLIA AZEVEDO GÁUDIO
2. CARLOS RAFAEL DE AZEVEDO SILVA PAULA
3. ANDRESSA NOGUEIRA TOLENTINO
4. ARTHUR INABARRETE ZANETTI
5. BEATRIZ PALMA MOURÃO
6. DANIELE MATTIAS HYPOLITO
7. FRANCISCO CARLOS BARRETO JUNIOR
8. JULIANA RIZANI
9. MARCELO GUILMARÊS AROUCHE MARTINS
10. LUCAS SANTIAGO DE MELO BARBOSA
11. LORRANE DOS SANTOS OLIVEIRA
12. BARBARA DE KASSIA GODOY COMINGS
13. RAYANN VICTOR DE CASTRO DUTRA

ENTIDADES DE PRÁTICA DESPORTIVA (sexo 01)

1. ESPORTE CLUBE PINHEIROS (EC/SP)
2. CENTRO DE EXCELÊNCIA DE GINÁSTICA (CES/PR)
3. ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA RÍTMICA DO BRASILEIRO (AGBR/RS)
4. PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM/MG
5. MINAS TENIS CLUBE (MTC/MG)
6. GREEN HALL (GO/GO)
7. ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL SANTA MARIA (SERCOS/RS)
8. INSTITUTO DE TRAMPOLIM/MG

III - INFORMAR as opções inscritas no edital e o pleito eleitoral:

1. **CHAPA 1 - MANS CONQUISTAS** (Presidente: Maria Luciene Caicho Resende; Vice-Presidente: Maria de Fátima da Cunha Farias Albuquerque);

2. **CHAPA 2 - VALORES ADEQUADOS** (Presidente: Bruno Odebrecht Diniz Weissmann; Vice-Presidente: Alessandra Balthus Silva);

IV - INFORMAR a composição da Comissão Eleitoral que atuará na conformidade do Regulamento Eleitoral, aprovado em Assembleia Extraordinária, elaborada pelo Conselho de Administração do Conselho Eleitoral: comissãoeleitoral@cbginastica.com.br;

1. Fernando Silva Júnior (Comitê de Ética e Integridade CBG);
2. Natália Azevedo Gáudio (Comissão de Atletas CBG);
3. Katya Mourão (Entidades Filiais).

Anexo: 23 de dezembro de 2020.
 Saldadeiras Ginásticas,
 Maria Luciene Caicho Resende/Presidente

OPINIÃO

Nelson Barbosa
 Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

A economia brasileira teve outra década perdida. Segundo estimativa de colegas do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), em 2011-20, o "crescimento" médio da renda per habitante deve ser negativo em 0,6% ao ano.

Um número é o mesmo registrado nos anos 1980, quando sofremos os efeitos da crise de dívida externa e da alta inflação herdadas da ditadura militar. Por que? A resposta não é simples, mas tentarei resumir.

Começamos os anos 2010 no embalo do bom desempenho anterior. Era a época do "Brasil de Todos", petróleo como passaporte para o futuro e preparação para sediar Copa do Mundo e Olimpíada.

Na política econômica, o foco do triênio 2011-13 foi promover "inclusão da porta para fora". Como já haviam ocorrido grandes ganhos sociais via transferência de renda e elevação do salário mínimo, era necessário avançar na oferta

de serviços públicos universais (educação, saúde, habitação, transporte e segurança).

Porém, em contraste com as ambições brasileiras, o cenário internacional começou a piorar em 2011, devido a turbulências nos Estados Unidos (Obama versus republicanos), Europa (as "tragédias gregas") e China (desaceleração de crescimento). Daí assim o governo brasileiro tentou manter o ritmo anterior de expansão.

Do lado monetário, houve medidas de controle de crédito e preços para combater a inflação sem grande elevação da Selic. Do lado fiscal, houve operações não recorrentes para compatibilizar metas fiscais pedidas pelo mercado com demandas sociais da população. Não deu certo (autocrítica).

A inflação permaneceu alta, a renda desacelerou, a situação fiscal ficou mais frágil e, como aconteceu no fim de uma bonança, a população foi às ruas em protesto.

O triênio 2014-16 foi o período do "nós contra eles". A situação internacional piorou ainda mais e contribuiu para 40% da grande recessão daquele período. Os outros 60% foram internos, resultado de erros política eco-

nômica e conflitos políticos. Na economia, a eleição de 2014 adiou ajustes fiscais e monetários inevitáveis, que acabaram sendo feitos em excesso ao longo de 2015 (outra autocrítica). Quando o governo procurou corrigir a situação, em 2016, o clima político atrasou novamente os ajustes.

Na política, depois de perder quatro eleições seguidas, a oposição ao PT apelou a mecanismos não democráticos para chegar ao poder.

Em nome do combate à corrupção, houve destruição de empregos e empresas, no que hoje sabemos ter sido um projeto político de algumas pessoas. Houve, também, o "quanto pior melhor" por parte de grupos políticos desesperados com o avanço no combate à corrupção viabilizado pelos governos do PT.

O triênio de 2017-19 começou com alguma esperança, por parte daqueles que achavam que era só tirar o PT do governo, mas acabou em desluzido. Em um processo de "exclusão da porta para dentro", a agenda do "Brasil de Todos" foi cancelada em prol de uma ponte para o passado, com retrocesso em várias conquistas sociais da década anterior e fragilização do mercado de trabalho.

Focando a política macroeconômica, tivemos consolidação fiscal prematura e atrasos na redução da Selic em 2017-19. A inflação despençou, mas à custa de lento crescimento do PIB e alto desemprego, gerando mais descontentamento da população. A demonização da política continuou forte e, em uma eleição censurada, o país escolheu um falso Messias. Entramos em 2020 sem rumo e sofremos o impacto de um meteoro. A Covid-19 gerou parada súbita da economia e forçou o governo a adotar um grande programa de transferência de renda. A iniciativa do certo, amenizou a crise e mostrou, mais uma vez, que apostar no "Brasil de Todos" funciona. Apesar disso, fechamos este ano com novas promessas de exclusão da porta para dentro.

Do lado positivo, a demonização da política parece ter arrefecido e, talvez, seja possível elaborar novo consenso para evitar mais uma década perdida. Nesse processo, nós, economistas, podemos contribuir apontando custos, benefícios e riscos de diferentes medidas, mas a solução será sempre mais política do que técnica. Boa nova década a todos nós!

Teto de gastos fica em xeque com risco de descumprimento

Possibilidade de rompimento e discussão sobre flexibilização afetam papel de âncora fiscal, diz Ibre

Por Ana Conceição e Sergio Lamucci — De São Paulo

29/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Manoel Pires: “Criar a ideia de que a regra pode mudar o tempo todo cria incerteza, risco, ruído. Já não é âncora na prática” — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O risco de não cumprimento do teto de gastos em 2021 e as constantes discussões em torno de sua flexibilização afetam o papel da regra como âncora para as contas públicas, avaliam os economistas Manoel Pires e Bráulio Borges, pesquisadores do

Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo eles, uma discussão sobre a regra fiscal que a torne mais sustentável seria bem-vinda, mas parece difícil isso ocorrer antes das eleições de 2022. O mais provável, nesse cenário, é que haja remendos e flexibilizações pontuais, como o eventual uso de recursos de créditos extraordinários que poderiam ficar de fora do limite de despesas no ano que vem. Discussões sobre um ajuste estrutural do teto, desse modo, parecem mais distantes. O mecanismo limita o crescimento das despesas não financeiras da União à variação da inflação.

A dúvida quanto à manutenção do teto em 2021 cresceu por causa de um descasamento de índices de inflação e da derrubada do veto da desoneração da folha pelo Congresso, que deixaram R\$ 27 bilhões fora do Orçamento, segundo cálculo de Pires. O teto do ano que vem será “reajustado” em 2,13% (o IPCA acumulado em 12 meses até junho), mas despesas como as da Previdência e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) vão subir numa magnitude maior, já que serão atualizados pelo INPC até dezembro de 2020, que deve subir 4,5% ou mais.

Bráulio Borges: “Será necessário algum aumento de carga para arcar com o esforço de guerra da covid-19” — Foto: Silvia Costanti/Valor

Um corte mais forte de despesas discricionárias, não obrigatórias, é complicado. Em 2021, o orçamento destinado a essa rubrica é de apenas R\$ 92,7 bilhões, já incluídas

as emendas parlamentares. Nesses gastos estão custos fixos do governo como aluguéis, conta de luz, de água, materiais em geral, bolsas de pesquisa e emissão de passaportes, além dos investimentos. “A incorporação de R\$ 27 bilhões ao Orçamento cria um cenário de ‘shutdown’ [paralisação de serviços públicos] que é muito difícil de ser revertido”, diz Pires. Em 2020, essas despesas foram previstas em R\$ 115,8 bilhões.

PUBLICIDADE

Em 2022, a situação se inverte, com a previsão de que o teto terá um reajuste maior que as despesas, por causa do comportamento esperado para a inflação ao longo do ano - os índices de preços deverão acumular variações expressivas em 12 meses até meados de 2021, perdendo força no segundo semestre. O orçamento das discricionárias passaria então a R\$ 108 bilhões, em valores nominais, um número ainda historicamente baixo. “Está muito longe de ser uma situação confortável”, diz Pires. Em termos percentuais do PIB é uma melhora muito discreta, de 1,2% para 1,3%.

Luiz Schymura: “Claramente, uma âncora fiscal é necessária, que não precisa necessariamente ser o teto de gastos” —
Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Para ele, aumenta a percepção de que em 2022 será aberto um espaço fiscal, uma mensagem implícita que não haveria grandes problemas em fazer alguma flexibilização da regra no ano que vem. Essa mensagem, diz, corre o risco de também ser construída com relação a 2022, quando poderia haver então eventuais novas exceções.

“Se isso vira uma constante, precisamos questionar se esse será o novo normal do teto, em que ano a ano se faz um acordo político para se adequar a um cenário mais desfavorável.” Em suas contas, haveria folga fiscal em 2022, mas muito pequena. Sem reformas estruturais para diminuir as despesas, a flexibilização do teto entraria em pauta novamente. “Criar a ideia de que a regra pode mudar o tempo todo cria incerteza, risco, ruído. Já não é uma âncora na prática.”

Nesse sentido, estaria sendo criada uma “narrativa” para que se abra espaço fiscal em 2021. “Acho que vai ter acordo político para isso”, diz Pires, para quem governo e Congresso estão perdendo a capacidade de construir soluções. “Todo ano se discute a mesma coisa e, quando olhamos para trás, o debate não avançou”, afirma ele, ex-secretário de Política Econômica da Fazenda.

Ao mesmo tempo, ajustes estruturais para tornar a regra mais longa e sustentável parecem distantes, a julgar pela tramitação da PEC Emergencial, em que as mudanças introduzidas no texto desidrataram seu poder de contenção de despesas. Depois de meses de debates e modificações, a votação da PEC foi adiada para 2021.

Por ora, houve uma acomodação “de curtíssimo prazo” porque, ao aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Congresso entregou para o governo pequenos instrumentos para fazer a gestão da pandemia no início de 2021. E ainda há restos a pagar e créditos extraordinários de R\$ 31,6 bilhões de 2020 que poderão ser utilizados em 2021 com autorização do Tribunal de Contas da União (TCU). Não se sabe, contudo, se serão incluídos no teto. Caso positivo, a situação ficaria mais crítica.

Já a PEC Emergencial não deve dar instrumentos para aliviar os gastos se aprovada da forma como está. De acordo com a minuta mais recente do texto, foi mantida a permissão de acionar os gatilhos de cortes de gastos quando a despesa obrigatória passar 95% do gasto total. Mas esse gasto não deve chegar a esse percentual em 2021. A previsão é que fique próximo a 94%. Desde pelo menos 2010, nunca chegou a 95%.

A redução de jornada e salários dos servidores, uma parte importante dos gastos e que era o fato novo da PEC, foi retirada. “No fim das contas, ficou um gosto amargo porque sua eventual aprovação não vai dar instrumento novo para o governo cortar a despesa, o que reduz as expectativas quanto ao papel da PEC de viabilizar o teto”, diz Pires. E outros gatilhos previstos na PEC já estarão no Orçamento de 2021, como a suspensão de reajuste de pessoal e do aumento do salário mínimo acima da inflação.

Para Bráulio Borges, também economista-sênior da LCA Consultores, vai ser difícil fugir de um aumento de tributação. “Será necessário algum aumento de carga para arcar com o esforço de guerra da covid-19”. Ele tem defendido o imposto sobre emissões de carbono, com potencial para arrecadar o equivalente a 1% do PIB a mais por ano. “Provoca pouca distorção na alocação da economia, além de reduzir a poluição”.

Luiz Guilherme Schymura, diretor do Ibre-FGV, pondera que no atual contexto o Congresso é muito refratário a aumento de impostos sem redução de despesas. “Acho que essa pauta pode ser introduzida num segundo momento, depois de um sinal claro de que algo será feito para reduzir os gastos”, afirma.

Do ponto de vista técnico, afirmam os economistas, a melhor solução seria discutir uma remodelagem da regra, porque as projeções apontam que a dívida pública não se tornará sustentável até 2026, ano de revisão do teto. E talvez, pondera Manoel Pires, este seja o melhor momento para essa discussão, já que há uma melhora de liquidez por causa do cenário externo mais favorável, o que tirou um pouco a pressão sobre a discussão de teto. “Nada impede que se discuta uma mudança de regra fiscal apresentando um pacote de curto prazo que aponte para medidas concretas para sair dessa situação”, diz Pires.

Ele acredita que o mercado poderia aceitar esse arranjo, o que implica dizer que câmbio e juros não explodiriam. “É difícil entender a psicologia de mercado, mas estamos em um momento de liquidez elevada e o mercado costuma comprar histórias críveis”, diz. Ele relembra 2015, quando se cobrou ajuste fiscal rápido, mas aceitou um ajuste em dez anos com a regra do teto.

Na visão de Pires, seria importante adotar providências para controlar o crescimento das despesas de pessoal, um grupo de gastos que cresce como força. Depois da reforma da Previdência, aprovada em 2019, as despesas com o funcionalismo deveriam entrar em discussão. Além disso, ele também considera relevante tomar medidas pelo lado da receita, como redução de benefícios tributários e a taxação de lucros e dividendos.

“Há um combo de curto prazo que se pode apresentar com medidas estruturais de redução de despesa e algum aumento de receita”, avalia Pires. Em relação ao teto, ele sugere a retirada dos investimentos e a discussão de uma agência para tratar desses gastos de capital, de modo a melhorar a governança dessas despesas.

“Claramente, uma âncora fiscal é necessária, que não precisa necessariamente ser o teto de gastos. Mas isso é algo a ser construído, ver o que é politicamente absorvível. O jogo é muito complexo e a discussão está emperrada por causa disso”, afirma Schymura, que questiona a visão de que o controle de gastos vai resolver os problemas da nação. “Falta um projeto de crescimento para o país.”

Já Borges diz que o mercado foge da revisão da regra do teto, mas um dia terá de vislumbrar isso. “O que afasta mais a possibilidade de um debate construtivo sobre o teto hoje é o risco da tentação populista às vésperas da eleição presidencial. Isso

Licitações de rodovias congestionam agenda de 2021

Estão marcados ao menos sete certames no decorrer do ano, federais e estaduais, com total R\$ 36,5 bilhões de investimentos

Por Taís Hirata — De São Paulo

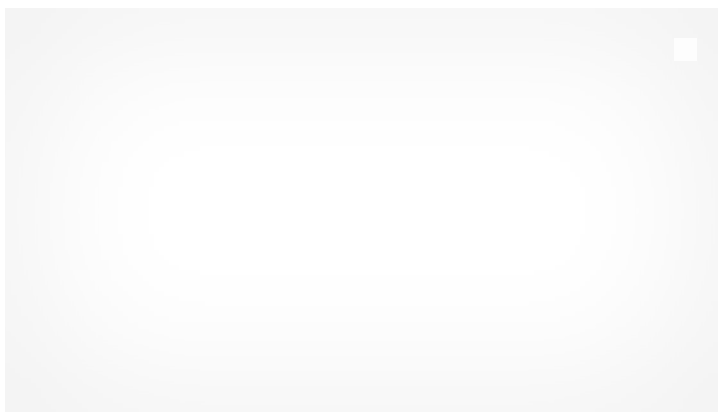
29/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A série de leilões de rodovias prevista para 2020 não ocorreu por conta da pandemia e se transferiu para 2021, quando estão programados sete licitações, com investimentos previstos em R\$ 36,5 bilhões durante 30 anos de concessão.

Leilões de rodovias vão oferecer leque amplo a investidor

Setor busca reequilíbrio financeiro por perdas na pandemia

PUBLICIDADE



A maior parte dos projetos é federal. Só a nova concessão da rodovia Presidente Dutra, entre São Paulo e Rio de Janeiro, deverá gerar R\$ 14,5 bilhões em obras.

Veículo: O Globo	Caderno: Economia
Data: 29/12/2020	Página:

O GLOBO

Fim do auxílio emergencial deixará 48 milhões sem ajuda do governo, em meio a nova alta de casos de Covid

Último pagamento será feito hoje. Ministério da Cidadania trabalha com a volta do Bolsa Família e busca elevar o valor médio do benefício de R\$ 192 para R\$ 200

Geralda Doca

29/12/2020 - 04:30 / Atualizado em 29/12/2020 - 07:50

BRASÍLIA — Com o fim do auxílio emergencial, 48 milhões de pessoas, sobretudo trabalhadores informais, ficarão sem ajuda financeira do governo federal a partir de janeiro, apesar do aumento de casos de Covid-19 e das restrições impostas a alguns setores para evitar aglomerações. A última parcela será paga pela Caixa Econômica Federal nesta terça-feira.

O pagamento será feito hoje a 3,2 milhões de brasileiros, encerrando o calendário iniciado em abril. De acordo com o Ministério da Cidadania, em 2021, só serão efetuados pagamentos resultantes de contestações administrativas e extrajudiciais e de decisões judiciais.

Em paralelo, o Ministério da Cidadania se prepara para o retorno do Bolsa Família, programa que atende a 19,2 milhões de pessoas — que, em abril, migraram para o auxílio emergencial.

O governo gastou até agora quase R\$ 300 bilhões para pagar o auxílio a 67,9 milhões de pessoas. Isso só foi possível graças ao decreto de situação de calamidade pública, que termina no próximo dia 31 e criou o chamado Orçamento de guerra para despesas no enfrentamento da pandemia.

A equipe econômica chegou a propor alternativas para abrir margem no Orçamento, a fim de manter o apoio à parcela mais vulnerável da população. Mas as medidas foram vetadas pelo presidente Jair Bolsonaro, que declarou que não tiraria de pobres para dar a “paupérrimos”, quando foram sugeridas medidas como ajustes em programas sociais existentes e congelamento de aposentadorias.

Há ainda a preocupação de não romper o teto de gastos, que limita o aumento das despesas.

Diante disso, o Ministério da Cidadania passou a trabalhar com a volta do Bolsa Família e busca elevar o valor médio do benefício de R\$ 192 para R\$ 200. Também há planos de incluir no programa mais 300 mil famílias, somando 14,5 milhões, dentro do orçamento de R\$ 34,8 bilhões reservado ao programa em 2021.

Por outro lado, técnicos da equipe econômica avaliam que a atividade, apesar de fraca, não foi totalmente paralisada como ocorreu em abril, quando milhões de informais ficaram sem renda.

Além disso, apesar de os depósitos do auxílio emergencial acabarem este mês, o dinheiro vai continuar pingando. A Caixa vai liberar em janeiro os saques em espécie para cerca de 34 milhões de pessoas que nasceram entre março e dezembro e demoraram a ter o pedido autorizado pelo governo.

Também termina este ano o complemento do governo federal, previsto na medida provisória 947, para os trabalhadores que fizeram acordos de redução e suspensão de jornada e salário.

Há diversos pedidos do setor produtivo para a prorrogação da medida, mas isso também esbarra no fim da situação de calamidade e na falta de um Orçamento para 2021, que só deve ser aprovado pelo Congresso em fevereiro.